



CONSELHO FEDERAL DE NUTRICIONISTAS
 Conselho Regional de Nutricionistas da 8ª Região - Paraná
 

CONSELHO REGIONAL DE NUTRICIONISTAS DA 8ª REGIÃO
EDITAL DE RETIFICAÇÃO DE 20 DE MAIO DE 2024
RETIFICAÇÃO DO 1º EDITAL DE
CONVOCAÇÃO DAS ELEIÇÕES DO CRN-8

A Presidente do CRN-8, Dra. Cilene da Silva Gomes Ribeiro convoca os nutricionistas da 8ª Região para a eleição do plenário do CRN-8, triênio 2024-2027. Este edital seguirá os requisitos definidos pela Resolução CFN nº 564/2015, observadas as seguintes disposições:

1. Retificar o Edital nº 01/2024, conforme segue:

Onde se lê:

10. DA COMISSÃO ELEITORAL

10.1 A Comissão Eleitoral que conduzirá a eleição foi designada pela Portaria CRN-8 nº 10/2024, de 27/03/2024 com os seguintes nutricionistas: Andrea Bruginski CRN-8/444, Eneida Maria Fleischer CRN-8/43, Joana Wience Gluck CRN-8/5278, Maria Rosi Marques Galvão CRN-8/3093 e Regino Bojko Junior CRN-8/1972.

Leia-se:

10. DA COMISSÃO ELEITORAL

10.1 A Comissão Eleitoral que conduzirá a eleição foi designada pela Portaria CRN-8 nº 10/2024, de 27/03/2024 e alterada por meio da Portaria CRN-8 nº 15/2024 de 10/05/2024 com os seguintes nutricionistas: Eneida Maria Fleischer CRN-8/43, Joana Wience Gluck CRN-8/5278, Maria Rosi Marques Galvão CRN-8/3093, Regino Bojko Junior CRN-8/1972 e Simone Salomão Jezzini CRN-8/2271.

Cilene da Silva Gomes Ribeiro
Presidente do CRN-8

COMPLEXO MORRINHOS ENERGIAS RENOVÁVEIS S.A.
 CNPJ/MF nº 20.829.557/0001-47 NIRE 413.000.910-21

EDITAL DE CONVOCAÇÃO

DA ASSEMBLEIA GERAL DE DEBENTURISTAS DA 2ª (SEGUNDA) EMISSÃO DE DEBÊNTURES SIMPLES, NÃO CONVERSÍVEIS EM AÇÕES, DA ESPÉCIE COM GARANTIA REAL, COM GARANTIA ADICIONAL FIDEJUSSÓRIA, EM SÉRIE ÚNICA, PARA DISTRIBUIÇÃO PÚBLICA COM ESFORÇOS RESTRITOS, DA COMPLEXO MORRINHOS ENERGIAS RENOVÁVEIS S.A.

Ficam convocados os titulares das debêntures da 2ª (segunda) emissão de debêntures simples, não conversíveis em ações, da espécie com garantia real, com garantia adicional fidejussória, em série única, para distribuição pública com esforços restritos de distribuição, da **Complexo Morrinhos Energias Renováveis S.A. ("Emissora", "Debêntures" "Debenturistas", respectivamente)**, nos termos da Cláusula 8 do "Instrumento Particular de Escritura da 2ª (segunda) Emissão de Debêntures Simples, Não Conversíveis em Ações, da Espécie com Garantia Real, com Garantia Fidejussória Adicional, em Série Única, para Distribuição Pública com Esforços Restritos, da Complexo Morrinhos Energias Renováveis S.A.", celebrado entre a Emissora, a Oliveira Trust Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários S.A. ("Agente Fiduciário"), dentre outras partes, em 10 de abril de 2017, conforme aditado ("Escritura de Emissão"), a reunirem-se em assembleia geral de debenturistas, em primeira convocação, no dia 10 de junho de 2024 às 15:00 horas, a ser realizada exclusivamente de forma digital e remota, sem prejuízo da possibilidade de adoção de instrução de voto a distância previamente à realização da assembleia geral de Debenturistas, através de plataforma digital ("AGD"), nos termos da Resolução da CVM nº 81, de 29 de março de 2022 ("Resolução CVM 81"), através do link a ser disponibilizado pelo Agente Fiduciário, nos termos deste edital, para examinar, discutir e deliberar acerca da declaração ou não do vencimento antecipado das obrigações decorrentes das Debêntures, devido a ocorrência de Evento de Inadimplemento não automático previsto na Cláusula 5.1.2 (ce) da Escritura de Emissão, pelo não atingimento do ICSD Mínimo de 1,20 (um inteiro e vinte centésimos) com base nas demonstrações financeiras anuais consolidadas e auditadas da Emissora, referente ao exercício encerrado em 31 de dezembro de 2023, conforme metodologia de cálculo constante da Escritura de Emissão.

Nos termos da Cláusula 8.3.1 da Escritura de Emissão a AGD se instalará em 1ª (primeira) convocação, com a presença de Debenturistas que representem mais de 50% (cinquenta por cento), no mínimo, das Debêntures em Circulação e, em segunda convocação, com qualquer quórum de Debêntures em Circulação.

Nos termos da Cláusula 5.5 da Escritura de Emissão, na AGD, os Debenturistas poderão optar por declarar antecipadamente vencidas as obrigações decorrentes das Debentures, caso aprovado por deliberação dos Debenturistas que representem, no mínimo, mais de 50% (cinquenta por cento) das Debêntures em Circulação, sendo que, nesse caso, o Agente Fiduciário deverá declarar o vencimento antecipado de todas as obrigações decorrentes das Debêntures. Caso a AGD não ocorra por falta de quórum de instalação e/ou aprovação em segunda convocação, dentro de 45 (quarenta e cinco) dias contados da data da primeira convocação, o Evento de Inadimplemento não produzirá mais efeitos nem poderá ser exigido pelos Debenturistas.

Instruções Gerais

Observado o disposto no artigo 126 da Lei nº 6.404, de 15 de dezembro de 1976, conforme alterada ("Lei das Sociedades por Ações"), os Debenturistas deverão encaminhar em até 48 (quarenta e oito) horas antes da realização da respectiva AGD, ao Agente Fiduciário para o endereço de e-mail af.assembleias@oliveiratrust.com.br ("Documentos de Representação"):

(a) quando pessoa física: cópia digitalizada de documento de identidade válido com foto do debenturista;

(b) quando pessoa jurídica: (i) último estatuto social ou contrato social consolidado, devidamente registrado na junta comercial competente; (ii) documentos societários que comprovem a representação legal do debenturista; e (iii) documento de identidade válido com foto do representante legal;

(c) quando fundo de investimento: (i) último regulamento consolidado do fundo; (ii) estatuto ou contrato social do seu administrador ou gestor, conforme o caso, observada a política de voto do fundo e documentos societários que comprovem os poderes de representação em AGD; e (iii) documento de identidade válido com foto do representante legal;

(d) caso qualquer dos Debenturistas indicados nos itens (a) a (c) acima venha a ser representado por procurador, além dos respectivos documentos indicados acima, deverá encaminhar procuração com poderes específicos para sua representação na AGD.

Nos termos da Resolução CVM 81, além da participação, assinatura da lista de presença (com a utilização da certificação ICP-Brasil) e do voto durante a AGD, por meio do sistema eletrônico, também será admitido o preenchimento e envio de instrução de voto a distância, conforme modelo disponibilizado pelo Agente Fiduciário no seu website (<https://www.oliveiratrust.com.br/investidor/ativos>) e atendidos os requisitos apontados no referido modelo, o qual deverá ser enviado ao Agente Fiduciário, para o endereço eletrônico af.assembleias@oliveiratrust.com.br respectivamente, preferencialmente, em até 2 (dois) dias antes da realização da AGD ("Instrução de Voto").

Somente serão aceitas as Instruções de Voto que contenham a declaração de inexistência de conflito de interesses, para fins de cômputo dos referidos votos, nos seguintes termos: "O Debenturista declara a Emissora e ao Agente Fiduciário a inexistência de qualquer hipótese que poderia ser caracterizada como conflito de interesses em relação das matérias da Ordem do Dia e demais partes da operação, bem como entre partes relacionadas, conforme definição prevista na Resolução CVM nº 94/2022 - Pronunciamento Técnico CPC 05, bem como no art. 32 da Resolução CVM 60/2021, no artigo 115 § 1º da Lei 6.404/76, e outras hipóteses previstas em lei, conforme aplicável."

Neste sentido, os Debenturistas poderão optar por exercer o seu direito de voto por meio da Instrução de Voto, enviando o referido documento devidamente preenchido diretamente à Emissora com cópia ao Agente Fiduciário, preferencialmente, em até 48 (quarenta e oito) horas antes da realização da AGD, de acordo com as orientações constantes da respectiva Proposta de Administração para a AGD ("Proposta da Administração"), em versão eletrônica assinada (com a utilização da certificação ICP-Brasil), mediante o envio de referidos documentos para o endereço eletrônico af.assembleias@oliveiratrust.com.br.

Os Debenturistas que fizerem o envio da instrução de voto mencionada e esta for considerada válida, não precisarão acessar o link para participação digital da AGD, sendo sua participação e voto computados de forma automática. Contudo, em caso de envio da instrução de voto de forma prévia pelo debenturista ou por seu representante legal com a posterior participação na AGD através de acesso ao link e, cumulativamente, manifestação de voto deste debenturista no ato de realização da AGD, será desconsiderada a instrução de voto anteriormente enviada, conforme disposto no artigo 71, parágrafo 4º, inciso II, da Resolução CVM 81. Para obter o link de participação, os Debenturistas interessados devem entrar em contato com o Agente Fiduciário, por meio do endereço de e-mail informado acima, para: (i) enviar os Documentos de Representação necessários (especificando o nome da pessoa natural que estará presente na AGD digital), indicados neste Edital de Convocação e na respectiva Proposta de Administração, em formato PDF; e (ii) receber as credenciais de acesso e instruções para sua identificação durante o uso da plataforma. O acesso a AGD digital estará restrito aos Debenturistas que se credenciarem, nos termos aqui descritos ("Debenturistas Credenciados").

Por questões operacionais, os Debenturistas que tiverem interesse em participar da respectiva AGD via plataforma digital deverão enviar e-mail e documentos, conforme instruções acima, com a **antecedência mínima de 48 (quarenta e oito) horas úteis** da realização da AGD. Após tal prazo o Agente Fiduciário, não garante conceder a garantia de que será possível, e viável, proceder às análises necessárias dos Documentos de Representação para que os interessados possam se habilitar. Os convites individuais para admissão e participação na respectiva AGD serão remetidos aos endereços de e-mail que enviarem a solicitação de participação e os Documentos de Representação na forma referida acima (sendo remetido apenas um convite individual por Debenturista). Somente serão admitidos, pelos convites individuais, os Debenturistas Credenciados e seus representantes ou procuradores (nos termos da Lei das Sociedades por Ações). Caso determinado Debenturista não receba o convite individual para participação na respectiva AGD com até 4 (quatro) horas de antecedência em relação ao horário de início da respectiva AGD, deverá entrar em contato com o Agente Fiduciário pelo telefone (11) 3504-8100 com no mínimo 2 (duas) horas de antecedência em relação ao horário de início da respectiva AGD para que seja prestado o suporte adequado e, conforme o caso, o acesso do Debenturista seja liberado mediante o envio de novo convite individual.

O Agente Fiduciário recomenda que os Debenturistas Credenciados acessem a plataforma digital com antecedência de, no mínimo, 30 (trinta) minutos do início da respectiva AGD a fim de evitar eventuais problemas operacionais e que os Debenturistas Credenciados se familiarizem previamente com a plataforma para evitar problemas com a sua utilização no dia da AGD. **O Agente Fiduciário não se responsabiliza por problemas de conexão que os Debenturistas Credenciados venham a enfrentar e outras situações que não estejam sob o controle do Agente Fiduciário (e.g., instabilidade na conexão do Debenturista com a internet ou incompatibilidade da plataforma digital com o equipamento do Debenturista).**

Os termos em letras maiúsculas que não se encontrem aqui expressamente definidos, terão os significados que lhes são atribuídos na Escritura de Emissão. A Emissora e o Agente Fiduciário permanecem à disposição para prestar esclarecimentos aos Debenturistas no que diz respeito a presente convocação e da AGD.

Curitiba, 24 de maio de 2024.

OLIVEIRA TRUST DISTRIBUIDORA DE TÍTULOS E VALORES MOBILIÁRIOS S.A.



As publicações acima foram realizadas e certificada no dia 24/05/2024

Aponte a câmera do seu celular para o QR Code para acessar a página de Publicações Legais no portal do Jornal Indústria & Comércio ou acesse através do link: https://www.diarioinduscom.com.br/Publicacoes_Legais



Documento final gerado em 24/05/2024 09:58:31
Esse documento pode ser validado através do QR CODE abaixo, ou via URL: <https://incodigital.ipsign.com.br/validador>
Identificador de validação: ba62f1a022b6c278af49e9450e618440aa46a26c96daa8df62af5bca54c5aa3c



Assinatura

Assinado em: 24/05/2024 09:58:42
Tipo de assinatura: Desenho na tela
Assinante: Fabiano Fernando Furtado - INCO EDITORA DIARIO INDUSTRIA E COMERCIO LTDA
CNPJ: 09570162000130
E-mail: financeiro2@induscom.com.br
Identificador: d34a8bf8bec7584e20e3fd7ac253e650



IP	Local	Cidade	CEP	UF	Software
191.221.207.10, 172.31.33.87	-25.460736,-49.2896256	Curitiba	80620-100	PR	Google Chrome/Microsoft Edge 124.0.0.0 / Windows



Emitido por: Fabiano Fernando Furtado - INCO EDITORA DIARIO INDUSTRIA E COMERCIO LTDA
E-mail: financeiro2@induscom.com.br

As partes reconhecem e declaram que o presente instrumento pode ser assinado entre as mesmas e respectivas testemunhas (quando presentes), por meio físico ou eletrônico, sendo certo que neste último caso as assinaturas serão consideradas juridicamente válidas, autênticas e vinculativas, nos termos da legislação aplicável.

Esse documento assinado de forma eletrônica está em conformidade com o Código Civil, Código de Processo Civil, Legislação vigente que regula as assinaturas eletrônicas e Medida Provisória nº 2.200-2/2001.

Documento assinado com certificado digital em conformidade com a legislação aplicável vigente. A validade do mesmo poderá ser confirmada através do verificador de conformidade do ITI - Instituto Nacional de Tecnologia da Informação, através do link: validar.iti.gov.br

A assinatura desse documento com certificado digital, gerará crítica em caso de tentativa de modificação do seu conteúdo, podendo ser constatada nas propriedades dos certificados digitais do mesmo, quando o arquivo for aberto através de visualizadores de PDF de terceiros.

Esse documento é acompanhado do seu PROTOCOLO DE AUTENTICIDADE, em arquivo paralelo, no qual se encontra o hash SHA256 de validação, o que garante que o conteúdo desse documento não sofreu alteração após assinatura das partes. O hash SHA256 deverá ser o mesmo obtido através dos mecanismos de extração de hash disponíveis pelas ferramentas de terceiros.



SLP - SANEAMENTO DO LITORAL DO PARANÁ S/A CNPJ: 19.000.438/0001-06

Senhores Acionistas: Em cumprimento aos preceitos legais e às normas estatutárias, submetemos a apreciação de V.Sas. as Demonstrações Contábeis referentes aos exercícios findos em 31 de Dezembro de 2023 e 2022, da empresa SLP - SANEAMENTO DO LITORAL DO PARANÁ S/A, CNPJ: 19.000.438/0001-06. Agradecemos o apoio recebido e continuamos ao inteiro dispor de V.Sas., em nossa sede social, para quaisquer esclarecimentos relativos às contas prestadas, demonstrações financeiras, parecer dos auditores e notas explicativas. À Administração.

BALANÇOS PATRIMONIAIS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO (Em milhares de reais)

ATIVO	2023	2022	PASSIVO E PATRIMÔNIO LÍQUIDO	2023	2022
Circulante			Circulante		
Caixa e equivalentes de caixa	3.132	6.249	Fornecedores	3	-
Contas a receber de clientes	7.344	7.072	Empréstimos e financiamentos	31.441	30.946
Ativo financeiro de locação	43.900	42.344	Obrigações Tributárias	166	164
Impostos a recuperar	315	359		31.610	31.110
	54.691	56.024	Não circulante		
Não circulante			Empréstimos e financiamentos	176.651	186.431
Aplicações financeiras	10.919	9.825	Dividendos a pagar	4.000	8.890
Ativo financeiro de locação	225.120	228.712		180.651	195.321
Impostos a recuperar	789	947	Patrimônio líquido		
Tributos diferidos	4.524	4.002	Capital social	23.560	23.560
	241.352	243.486	Reservas de lucros	60.222	49.519
				83.782	73.079
Total do ativo	296.043	299.510	Total do passivo e patrimônio líquido	296.043	299.510

DEMONSTRAÇÕES DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO (Em milhares de reais)

	Capital social	Reserva legal	À Disposição dos Acionistas	Reserva especial	Lucros ou prejuízos	Total
Em 1 de janeiro de 2022	23.560	2.788	32.119	2.399		60.866
Resultado líquido do exercício					27.832	27.832
Destinações:						
Dividendos mínimos obrigatórios					(6.610)	(6.610)
Dividendos adicionais relativos ao exercício aprovados em AGO					(6.610)	(6.610)
Reserva de lucros a realizar			13.220		(13.220)	
Constituição de Reserva legal		1.392			(1.392)	
Reversão de dividendos de exercício anterior				(2.399)		(2.399)
Em 31 de dezembro de 2022	23.560	4.180	45.339			73.079
Resultado líquido do exercício					20.673	20.673
Destinações:						
Dividendos mínimos obrigatórios					(5.035)	(5.035)
Dividendos adicionais relativos ao exercício aprovados em AGO					(4.395)	(4.395)
Reserva de lucros a realizar			10.711		(10.711)	
Constituição de Reserva Legal		532			(532)	
Reversão de dividendos de exercício anterior					(540)	(540)
Em 31 de dezembro de 2023	23.560	4.712	55.510			83.782

DEMONSTRAÇÕES DO RESULTADO DOS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO (Em milhares de reais)

	2023	2022
Receita operacional líquida	31.773	31.773
Custos dos serviços prestados	(31.773)	(31.773)
Lucro bruto	-	-
Despesas Operacionais		
Despesas gerais e administrativas	(24)	(101)
Lucro operacional	(24)	(101)
Resultado Financeiro		
Receitas financeiras	54.896	59.318
Despesas financeiras	(34.721)	(32.165)
Receitas (despesas) financeiras, líquidas	20.175	27.153
Prejuízo antes do IRPJ e CSLL	20.151	27.052
Imposto de renda e contribuição social - diferidos	522	780
Resultado líquido do exercício	20.673	27.832

DEMONSTRAÇÕES DOS FLUXOS DE CAIXA DOS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO (Em milhares de reais)

	2023	2022
Fluxo de caixa das atividades operacionais		
Lucro antes do imposto de renda e contribuição social	20.151	27.052
Ajustes por:		
Juros apropriados	22.410	22.976
Amortização ativo financeiro	43.122	40.280
Ajuste a valor presente	(41.087)	(48.749)
	44.596	41.559
Aumento e diminuição das contas de ativo e passivo		
Contas a receber de clientes	(272)	(721)
Impostos a recuperar	202	(197)
Fornecedores	3	-
Impostos e contribuições	3	20
Caixa líquido das atividades operacionais	44.532	40.661
Fluxo de caixa das atividades de investimentos		
Partes relacionadas	-	1.176
Caixa líquido das atividades de investimentos	-	1.176
Fluxo de caixa das atividades de financiamentos		
Empréstimos (Amortizações)	(31.695)	(31.425)
Dividendos pagos	(14.860)	(11.941)
Caixa líquido das atividades de financiamentos	(46.555)	(43.366)
Redução/(Aumento) líquido de caixa e equivalentes de caixa	(2.023)	(1.529)
Caixa e Equivalentes de Caixa no início do exercício	16.074	17.603
Caixa e Equivalentes de Caixa no final do exercício	14.051	16.074
Redução/(Aumento) líquido de caixa e equivalentes de caixa	(2.023)	(1.529)

DEMONSTRAÇÕES DOS RESULTADOS ABRANGENTES DOS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO (Em milhares de reais)

	2023	2022
Lucro líquido do exercício	20.673	27.832
Outros Resultados Abrangentes	-	-
Total do resultado abrangente do exercício	20.673	27.832
Total do resultado abrangente atribuível a Acionistas	20.673	27.832

NOTAS EXPLICATIVAS**1. Contexto operacional:**

A SLP - Saneamento do Litoral do Paraná S.A. é uma Sociedade Anônima de Capital Fechado, tendo sido constituída no dia 16 de setembro de 2013 e encontra-se sediada na Rua Benedito Carollo, 1251, Cidade Industrial com o objeto social específico de locação de ativos à Companhia de Saneamento do Paraná - SANEPAR, precedida da concessão de direito real do uso de áreas e da execução das obras constituídas de Estações Elevatórias, Linhas de Recalque, Redes Coletoras, Ligações Prediais, Instalações Elétricas, Eletromecânicas, levantamentos Topográficos e Projetos Executivos visando a ampliação do Sistema de Esgotamento Sanitário dos Municípios de Matinhos e Pontal do Paraná.

2. Apresentação das demonstrações financeiras

As demonstrações financeiras para o exercício findos em 31 de dezembro de 2023 foram preparadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil que compreendem os pronunciamentos, interpretações e orientações do Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC), os quais são consistentes com as Normas Internacionais de Contabilidade (IFRS). Na preparação destas demonstrações financeiras, a Companhia adotou todas as normas, revisões de normas e interpretações emitidas pelo CPC que estavam em vigor em 31 de dezembro de 2023. As demonstrações financeiras foram elaboradas com base no custo histórico, o qual é geralmente baseado no valor justo das contraprestações pagas em troca de ativos. As demonstrações financeiras foram elaboradas com apoio em diversas bases de avaliação utilizadas nas estimativas contábeis, apoiadas em fatores objetivos e subjetivos, com base no julgamento da Administração para determinação do valor adequado a ser registrado nas demonstrações financeiras. Itens significativos sujeitos a essas estimativas e premissas incluem a seleção de vidas úteis do ativo imobilizado e do intangível e de sua recuperabilidade nas operações, ajuste a valor presente, análise do risco de crédito para determinação das perdas estimadas com créditos de liquidação duvidosa, assim como a análise dos demais riscos para determinação de outras provisões, inclusive para contingências. A liquidação das transações envolvendo essas estimativas poderá resultar em valores significativamente divergentes dos registrados nas demonstrações financeiras devido ao tratamento probabilístico inerente ao processo de estimativa. A Companhia revisa suas estimativas pelo menos anualmente. As demonstrações financeiras foram aprovadas pela Administração da Companhia em 26 de abril de 2024.

O critério adotado para o reconhecimento/apropriação dos ativos e passivos, das receitas e despesas e/ou custos é o regime de competência.

3. Descrição das práticas adotadas

Prestação de serviços: As receitas, os custos e despesas são os incorridos e reconhecidos no mês de competência. As receitas são reconhecidas na extensão em que for provável que benefícios econômicos serão gerados para a Companhia e quando possam ser mensuradas de forma confiável.

Receita de juros: Para todos os instrumentos financeiros avaliados ao custo amortizado e ativos financeiros que rendem juros, a receita financeira é contabilizada utilizando-se a taxa de juros efetiva, que desconta os pagamentos ou recebimentos futuros estimados de caixa ao longo da vida estimada do instrumento financeiro ou em um período de tempo mais curto, quando aplicável, ao valor contábil líquido do ativo ou passivo financeiro. A receita de juros é incluída na Rubrica "Receita financeira", na demonstração do resultado.

Impostos: A Companhia é tributada pelo lucro real. A alíquota do IR é de 15% sobre a base de lucro tributável, acrescida do adicional de 10% conforme determina a legislação vigente. A alíquota da contribuição social sobre o lucro tributável é de 9%.

Impostos diferidos: Impostos diferidos são gerados na data do balanço por diferenças temporárias entre as bases fiscais de ativos e passivos e seus valores contábeis.

Impostos sobre locação de ativos e prestação de serviços: Receitas, despesas e ativos são reconhecidos líquidos dos impostos sobre venda, exceto:

- Quando os impostos sobre vendas incorridos na compra de bens ou serviços não forem recuperáveis junto às autoridades fiscais, hipótese em que os impostos sobre vendas são reconhecidos como parte do custo de aquisição do ativo ou do item de despesa, conforme o caso;

- Quando os valores a receber e a pagar forem apresentados junto com o valor dos impostos sobre vendas.

O valor líquido dos impostos sobre vendas, recuperável ou a pagar, é incluído como componente dos valores a receber ou a pagar no balanço patrimonial.

Instrumentos Financeiros: A Companhia adotou o CPC 48 com aplicação inicial a partir de 1º de janeiro de 2018, aproveitando a isenção que lhe permite não representar informações comparativas de períodos anteriores decorrentes das alterações na classificação e mensuração de instrumentos financeiros, incluindo perdas de crédito esperadas.

Ajustes a valor presente de ativos e passivos: A Companhia realizou o cálculo do ajuste a valor presente para os ativos e passivos, não apresentando impactos relevantes para registro contábil no exercício.

Ativos intangíveis: Ativos intangíveis adquiridos separadamente são mensurados no reconhecimento inicial ao custo de formação ou aquisição e, posteriormente, deduzidos da amortização acumulada e perdas do valor recuperável, quando aplicável. Os ativos intangíveis com vida útil definida são amortizados de acordo com sua vida útil econômica estimada e, quando são identificadas indicações de perda de seu valor recuperável, submetidos a teste para análise de perda no seu valor recuperável. Os intangíveis atualmente detidos pela Companhia são amortizados em 5 anos, pelo método linear. O período e o método de amortização para um ativo intangível com vida definida são revisados no mínimo ao final de cada exercício social.

Perda por redução ao valor recuperável de ativos não financeiros: A Companhia revisa anualmente o valor contábil líquido dos ativos com o objetivo de avaliar eventos ou mudanças nas circunstâncias econômicas, operacionais ou tecnológicas que possam indicar deterioração ou perda de seu valor recuperável. Sendo tais evidências identificadas e o valor contábil líquido exceder o valor recuperável, é constituída provisão para desvalorização ajustando o valor contábil líquido ao valor recuperável.

Custos dos empréstimos: Custos dos empréstimos diretamente relacionados com a aquisição, construção ou produção de um ativo que necessariamente requer um tempo significativo para ser concluído para fins de uso ou venda são capitalizados como parte do custo do correspondente ativo. Todos os demais custos de empréstimos são registrados em despesa do período em que são incorridos. Custos de empréstimos compreendem juros e outros custos incorridos por uma entidade relativos ao empréstimo.

Julgamentos: A preparação das demonstrações financeiras da Companhia requer que a Administração faça julgamentos e estimativas e adote premissas que afetam os valores apresentados de receitas, despesas, ativos e passivos, bem como as divulgações de passivos contingentes, na data base das demonstrações financeiras. Contudo, a incerteza relativa a essas premissas e estimativas pode levar a resultados que requeiram um ajuste significativo ao valor contábil do ativo ou passivo afetado em períodos futuros.

Estimativas e premissas: As principais premissas relativas a fontes de incerteza nas estimativas futuras e outras importantes fontes de incerteza em estimativas na data do balanço, envolvendo risco significativo de causar um ajuste relevante no valor contábil dos ativos e passivos no próximo exercício financeiro, são discutidas a seguir:

Perda por redução ao valor recuperável de ativos não financeiros: Uma perda por redução ao valor recuperável existe quando o valor contábil de um ativo ou unidade geradora de caixa excede o seu valor recuperável, que é o maior entre o valor justo menos custos de venda e o valor em uso. O cálculo do valor justo menos custos de vendas é baseado em informações disponíveis de transações de venda de ativos similares ou preços de mercado menos custos adicionais para descartar o ativo.

Impostos: A Companhia constituiu provisões, com base em estimativas cabíveis, para possíveis consequências de eventuais fiscalizações por parte das autoridades fiscais das respectivas jurisdições em que opera. O valor dessas provisões baseia-se em vários fatores, como experiência de fiscalizações anteriores e interpretações divergentes dos regulamentos tributários pela entidade tributável e pela autoridade fiscal responsável. Essas diferenças de interpretação podem surgir numa ampla variedade de assuntos, dependendo das condições vigentes no respectivo domicílio da Companhia.

Provisões para contingências (riscos tributários, cíveis e trabalhistas): A Companhia reconhece provisão para todas as causas cuja probabilidade de perda seja estimada como provável. A avaliação da probabilidade de perda inclui a avaliação das evidências disponíveis, a hierarquia das leis, as jurisprudências disponíveis, as decisões mais recentes nos tribunais e sua relevância no ordenamento jurídico, bem como a avaliação dos advogados externos. As provisões são revisadas e ajustadas para levar em conta alterações nas circunstâncias, tais como prazo de prescrição aplicável, conclusões de inspeções fiscais ou exposições adicionais identificadas com base em novos assuntos ou decisões de tribunais.

CPC 06 (R2) / IFRS 16 Operações de Arrendamento Mercantil: O IFRS 16 contém princípios para a identificação, o reconhecimento, a mensuração, a apresentação e a divulgação de arrendamentos mercantis, tanto por parte de arrendatários como de arrendadores. Dentre as mudanças para arrendatários, o IFRS 16 eliminou a classificação entre arrendamentos mercantis financeiros e operacionais, passando a existir um único modelo nos quais todos os arrendamentos mercantis resultam no reconhecimento de ativos referentes aos direitos de uso dos ativos arrendados e um passivo de arrendamento. A norma é aplicável a partir de 1º de janeiro de 2019, sem a exigência de representação dos saldos de anos anteriores. De acordo com a avaliação da Administração, essa norma não trouxe impacto significativo.

Janaina Cássia Ribeiro

Contadora - CRC PR 061910/O-8

CPF: 012.697.001-70

Paulo Goetze - Presidente

CPF 387.047.570-68



A publicação acima foi realizada e certificada no dia 24/05/2024

Aponte a câmera do seu celular para o QR Code para acessar a página de Publicações Legais no portal do Jornal Indústria & Comércio ou acesse através do link: https://www.diarioinduscom.com.br/Publicacoes_Legais



Documento final gerado em 24/05/2024 09:59:30

Esse documento pode ser validado através do QR CODE abaixo, ou via URL: <https://incodigital.ipsign.com.br/validador>

Identificador de validação: dced8b0d70e88a6a38fd45768c3129853fa831a43f098102491306fdab6d2485



Assinatura

Assinado em: 24/05/2024 09:59:39

Tipo de assinatura: Desenho na tela

Assinante: Fabiano Fernando Furtado - INCO EDITORA DIARIO INDUSTRIA E COMERCIO LTDA

CNPJ: 09570162000130

E-mail: financeiro2@induscom.com.br

Identificador: 27f0175cfaf38d2ec1d0368426f89214



IP	Local	Cidade	CEP	UF	Software
191.221.207.10, 172.31.33.87	-25.460736,-49.2896256	Curitiba	80620-100	PR	Google Chrome/Microsoft Edge 124.0.0.0 / Windows



Emitido por: Fabiano Fernando Furtado - INCO EDITORA DIARIO INDUSTRIA E COMERCIO LTDA

E-mail: financeiro2@induscom.com.br

As partes reconhecem e declaram que o presente instrumento pode ser assinado entre as mesmas e respectivas testemunhas (quando presentes), por meio físico ou eletrônico, sendo certo que neste último caso as assinaturas serão consideradas juridicamente válidas, autênticas e vinculativas, nos termos da legislação aplicável.

Esse documento assinado de forma eletrônica está em conformidade com o Código Civil, Código de Processo Civil, Legislação vigente que regula as assinaturas eletrônicas e Medida Provisória nº 2.200-2/2001.

Documento assinado com certificado digital em conformidade com a legislação aplicável vigente. A validade do mesmo poderá ser confirmada através do verificador de conformidade do ITI - Instituto Nacional de Tecnologia da Informação, através do link: validar.iti.gov.br

A assinatura desse documento com certificado digital, gerará crítica em caso de tentativa de modificação do seu conteúdo, podendo ser constatada nas propriedades dos certificados digitais do mesmo, quando o arquivo for aberto através de visualizadores de PDF de terceiros.

Esse documento é acompanhado do seu PROTOCOLO DE AUTENTICIDADE, em arquivo paralelo, no qual se encontra o hash SHA256 de validação, o que garante que o conteúdo desse documento não sofreu alteração após assinatura das partes. O hash SHA256 deverá ser o mesmo obtido através dos mecanismos de extração de hash disponíveis pelas ferramentas de terceiros.





Ademicon Holding S.A.

CNPJ: 40.978.965/0001-78

Demonstrações Financeiras 2023

BALANÇO PATRIMONIAL - Em milhares de Reais

	Controladora				Consolidado					Controladora				Consolidado			
	31/12/2023	31/12/2022	31/12/2023	31/12/2022	31/12/2023	31/12/2022	31/12/2023	31/12/2022		31/12/2023	31/12/2022	31/12/2023	31/12/2022	31/12/2023	31/12/2022	31/12/2023	31/12/2022
ATIVO									PASSIVO E PATRIMÔNIO LÍQUIDO								
Circulante									Circulante								
Caixa e equivalentes de caixa	6	1	–	4.130	357	–	–	40.089	25.253	18	32	20	–	–	–	–	–
Títulos e valores mobiliários	7	2.541	–	49.847	62.586	–	–	119.300	–	19	–	–	–	–	–	–	–
Contas a receber	8	–	364	76.215	56.450	–	–	1.972	–	20	–	–	–	–	–	–	–
Impostos a recuperar	9	12	13	14.403	235	–	–	11.068	8.019	21	–	–	–	–	–	–	–
Adiantamentos	10	–	1	8.265	5.953	–	–	7.635	5.617	22	–	–	–	–	–	–	–
Partes relacionadas	–	–	19	–	–	–	–	–	–	–	–	–	–	–	–	–	–
Despesas antecipadas	11	–	–	69.885	43.212	–	–	3.296	4.304	7	–	–	–	–	–	–	–
Outros créditos	–	–	–	510	183	–	–	8	155	–	–	–	–	–	–	–	–
Total do ativo circulante	2.554	397	223.255	168.976				74.240	74.983	23	–	–	925	996			
Não circulante									Não circulante								
Empréstimos a grupos	12	–	–	1.306	7.033	–	–	–	100	15	–	–	–	–	–	–	–
Contas a receber	8	–	–	4.503	4.593	–	–	–	35.143	–	–	–	–	–	–	–	–
Despesas antecipadas	11	–	–	698.443	510.595	–	–	–	9.045	–	–	–	–	–	–	–	–
Cotas de Consórcio	13	–	–	33.012	29.593	–	–	–	–	24	–	–	–	–	–	–	–
Depósitos judiciais	26	–	–	688	467	–	–	–	–	–	–	–	–	–	–	–	–
Ativo fiscal diferido	32.b	–	–	19.498	22.939	–	–	–	–	–	–	–	–	–	–	–	–
Outros créditos	–	–	–	2.309	–	–	–	–	–	–	–	–	–	–	–	–	–
Investimentos	14	140.192	128.622	–	–	–	–	–	–	–	–	–	–	–	–	–	–
Ativo de direito de uso	15	–	–	1.041	1.977	–	–	–	–	–	–	–	–	–	–	–	–
Imobilizado	16	–	–	5.238	2.611	–	–	–	–	–	–	–	–	–	–	–	–
Intangível	17	–	–	11.403	10.480	–	–	–	–	–	–	–	–	–	–	–	–
Total do ativo não circulante	140.192	128.622	777.441	590.288				576.918	465.572	24	–	–	940	303			
TOTAL DO ATIVO	142.746	129.019	1.000.696	759.264				1.427.160	1.240.555	142.746	129.019	1.000.696	759.264				

As notas explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações financeiras

DEMONSTRAÇÃO DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO - Em milhares de Reais

	Capital social		Reservas		Lucros (Prejuízos) acumulados	Total atribuível aos acionistas controladores	Participação de não controladores	Total do patrimônio líquido
	Integralizado	A integralizar	De capital	Legal				
31 de dezembro de 2021	100	(100)	–	–	41	41	–	41
Resultado do exercício	–	–	–	–	42.837	42.837	446	43.283
Aumento de capital social	67.237	–	7.360	–	–	74.597	924	75.521
Constituição reserva legal	–	–	–	2.142	–	(2.142)	–	–
Resultado de incorporação	2.252	–	–	439	8.783	(439)	11.035	11.035
Transferência para reserva	–	–	–	–	40.256	(40.256)	–	–
Dividendos distribuídos	–	–	–	–	–	–	197	197
31 de dezembro de 2022	69.589	(100)	7.360	2.581	49.080	128.510	1.567	130.077
Resultado do período	–	–	–	–	251.160	251.160	2.888	254.048
Opção de compra de ações	–	–	303	–	–	303	–	303
Constituição reserva legal	–	–	–	11.317	–	(11.317)	–	–
Dividendos distribuídos	–	–	–	–	(49.080)	(188.186)	(1.258)	(238.524)
Transferência para reserva	–	–	–	–	51.657	(51.657)	–	–
31 de setembro de 2023	69.589	(100)	7.360	303	13.898	142.707	3.197	145.904

As notas explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações financeiras

DEMONSTRAÇÃO DO VALOR ADICIONADO - Em milhares de Reais

	Controladora		Consolidado		Pessoal e encargos	Total atribuível aos acionistas controladores	Participação de não controladores	Total do patrimônio líquido
	31/12/2023	31/12/2022	31/12/2023	31/12/2022				
Recargas								
Vendas de mercadorias, produtos e serviços	–	131	719.742	148.311	Remuneração direta	–	–	4.605
	–	131	719.742	148.311	Benefícios	–	–	338
					F.G.T.S.	–	–	142
Insumos adquiridos de terceiros					Impostos, taxas e contribuições			5.085
Custo dos serviços prestados	–	–	14.095	–	Federais	34	26	7.861
Materiais, energia, serviços de terceiros	(119)	(123)	(317.432)	(90.548)	Estadual	–	–	11
Outros	–	–	25.171	201	Municipais	–	4	1.117
	(119)	(123)	(278.166)	(90.347)	Remuneração de capitais de terceiros	34	30	8.989
Valor adicionado bruto	(119)	8	441.577	57.964	Despesas financeiras	3	3	9.096
Retenções					Aluguéis	–	–	277
Depreciação e amortização	–	–	(4.440)	(227)	Remuneração de capitais próprios	3	3	9.959
Valor adicionado líquido	(119)	8	437.136	57.737	Dividendos	–	–	–
Valor adicionado recebido em transferência					Lucros (prejuízos) retidos	251.160	42.837	254.048
Resultado de equivalência patrimonial	251.193	42.861	–	–	Total	251.160	42.837	254.048
Recargas financeiras	123	1	13.132	828				43.283
VALOR ADICIONADO TOTAL	251.197	42.870	450.268	58.565				
DISTRIBUIÇÃO DO VALOR ADICIONADO	251.197	42.870	450.268	58.565				

As notas explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações financeiras

NOTAS EXPLICATIVAS DA ADMINISTRAÇÃO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS INDIVIDUAIS E CONSOLIDADAS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2023

Em milhares de Reais, exceto quando indicado de outra forma

Seção A - Informações Gerais

1. CONTEXTO OPERACIONAL

A ADEMICON HOLDING S.A., anteriormente denominada ADEMICON Crédito Serviços e Consultoria S.A. ("Companhia" ou "ADEMICON HOLDING"), é uma sociedade anônima de capital fechado, constituída em 24 de fevereiro de 2021, com sede na cidade de Curitiba, Estado do Paraná, que tem como objeto social a participação em outras sociedades, de qualquer natureza e tipo societário. A alteração da denominação social da Companhia foi aprovada em Assembleia Geral Extraordinária realizada em 20 de junho de 2023, passando de "ADEMICON Crédito Serviços e Consultoria S.A." para "ADEMICON HOLDING S.A.". Com o objetivo principal de consolidar as empresas do Grupo ADEMICON como grupo econômico, ao final do exercício de 2022 foi concluído um processo de reestruturação societária, que instituiu a ADEMICON Crédito Serviços e Consultoria S.A., atual ADEMICON HOLDING S.A., como holding, posição anteriormente ocupada pela ADEMICON Participações S.A., sociedade por ações, com sede na cidade de Curitiba, Estado do Paraná, inscrita no CNPJ sob nº 21.110.469/0001-53 ("ADEMICON Participações"). A partir desta alteração, a ADEMICON Crédito, sob nova denominação ADEMICON HOLDING, passou a controlar as demais empresas do Grupo, formando então um único bloco ADEMICON, com sede e domicílios localizados na cidade de Curitiba, Estado do Paraná. **1.1 Contexto operacional das controladas:** Em 26 de julho de 2021 a ADEMICON HOLDING constituiu, de forma integral, com 100% de participação no capital social, sob a forma de sociedade limitada, a empresa ADEMICON Corretora de Seguros Ltda., que tem como objetivo principal a corretagem de seguro prestamista, destinado aos clientes com cotas de consórcio comercializadas. Em outubro de 2021 a ADEMICON HOLDING constituiu, de forma integral, com 100% de participação no capital social, sob a forma de sociedade limitada a ADEMICON Serviços e Intermediações de Negócios Ltda., e sob a forma de sociedade anônima de capital fechado a ADEMICON Securitizadora S.A., cuja atividade principal é a intermediação de serviços financeiros e a securitização de operações de crédito. Em 30 de agosto de 2022, a ADEMICON HOLDING constituiu, de forma integral, com 100% de participação no capital social, sob a forma de sociedade limitada a ADEMICON Comércio Varejista Ltda., que tem como atividade principal a comercialização de produtos via plataforma e-commerce ou de forma física. Em 30 de novembro de 2022, a ADEMICON HOLDING formalizou um contrato de cisão parcial de participação societária nas empresas COTA&DOM Participações Societárias Ltda., COTA&CAS Participações Societárias Ltda., COTA&GOLD Participações Societárias Ltda., e COTAS RJ Participações Societárias Ltda., todas constituídas sob a forma de sociedade limitada, das quais participa com 66,7%, 66,7%, 63% e 66,7% do capital social respectivamente. Em 31 de dezembro de 2022, a ADEMICON HOLDING (denominação anterior ADEMICON Crédito) adquiriu 100% de participação no capital social da ADEMICON Administradora de Consórcios S.A., sociedade anônima de capital fechado, com sede na cidade de Curitiba, Paraná. Em 15 de junho de 2023 foi constituída a Credcota Serviços e Consultoria Ltda., para desenvolvimento das atividades de intermediação e agenciamento de serviços e negócios. A sociedade foi constituída sob a forma de sociedade de responsabilidade limitada, cujo capital social pertence, exclusivamente a Ademicon Crédito Serviços e Intermediações de Negócios Ltda., e, por decisão estratégica da Administração, seu encerramento ocorreu em 28 de dezembro de 2023. Em 31 de agosto de 2023, conforme 4ª Alteração e Consolidação do Contrato Social, foram aprovados os termos e condições previstos no "Instrumento Particular de Protocolo e Justificação de Incorporação", onde foram incorporadas as sociedades Cotas RJ Participações Societárias Ltda., Cota&Cas Participações Societárias Ltda. e Cota&Dom Participações Societárias Ltda. pela Cota&Gold Participações Societárias Ltda. O acervo líquido apurado por meio de livros contábeis na data-base de 30 de junho de 2023, a ser incorporado na sua totalidade está demonstrado a seguir:

	Cota&Dom	Cota&Cas	Cotas RJ	Total
Total de ativos	3.356	4.621	1.205	9.182
Total de passivos	1.373	1.771	708	3.852
Acervo líquido contábil	1.983	2.850	497	5.330

Em decorrência da incorporação, fica aprovado o aumento do capital social da incorporadora, passando de R\$ 500 para R\$ 5.830, aumento de R\$ 5.330, por meio da versão do patrimônio líquido das incorporadas. Os saldos contábeis da Incorporadora, antes e após a incorporação, estão demonstrados a seguir:

	Antes incorporação	Após Incorporação
Total de ativos	5.461	14.288
Total de passivos	3.509	6.834
Patrimônio Líquido	1.952	7.454

Em ato contínuo, fica aprovada também a alteração da denominação social da sociedade incorporadora, passando de "Cota&Gold Participações Societárias Ltda." para "Cota Trade Ltda.". Em 4 de dezembro de 2023 foi constituída a Cotacash Serviços e Consultoria Ltda., que tem como objetivo desenvolver operações de intermediação e agenciamentos de serviços, consultoria em gestão empresarial em geral, tendo, como única sócia a ADEMICON HOLDING. A Companhia e suas controladas (conjuntamente "o Grupo" ou "Grupo Ademicon") abrangem as atividades que podem ser resumidas segundo a sua natureza, a seguir: **a) Serviços Financeiros:** Securitização de direitos creditórios: atividade exercida pela ADEMICON Securitizadora S.A., com carteira de títulos de securitização de direitos creditórios, originados de operações realizadas por pessoas físicas ou jurídicas. Administração de grupos de consórcios: atividade exercida pela ADEMICON Administradora de Consórcios S.A., refere-se à administração de grupos de consórcio de imóveis, caminhões, automóveis, serviços e outros bens. Seguros: corretagem de seguro prestamista relacionado à área de comercialização de cotas de consórcio efetuada pela ADEMICON Corretora de Seguros Ltda. **b) Comercialização de produtos:** O Grupo atua no segmento de comercialização de mercadorias em geral, exercida pela ADEMICON Comércio Varejista Ltda. **c) Intermediação de negócios:** O grupo atua na intermediação de negócios, atividade exercida pelas empresas ADEMICON Serviços e Intermediações de Negócios Ltda., Cota Trade Ltda. e Credcota Serviços e Consultoria Ltda. Conforme descrito anteriormente, ao longo dos exercícios de 2021 e 2022, foram realizadas uma série de transações e movimentações societárias, cujo principal objetivo foi de consolidar o "Grupo ADEMICON" como grupo econômico, buscando, principalmente a racionalização e simplificação da estrutura societária, e, consequentemente, a consolidação e redução de gastos e despesas operacionais, a união dos recursos empresariais e patrimônios envolvidos na operação das Partes, permitindo a melhor gestão de operações, de ativos e de fluxos de caixa, resultando, assim, na otimização do emprego dos recursos operacionais e financeiros e, por consequência, na obtenção de maiores benefícios para as atividades sociais desempenhadas pelo grupo econômico e racionalização e simplificação da gestão, de modo a contribuir para a futura expansão dos negócios sociais. **1.2 Base de preparação:** As demonstrações financeiras foram preparadas conforme as práticas contábeis adotadas no Brasil e as normas internacionais de relatório financeiro (International Financial Reporting Standards (IFRS) International Accounting Standards Board (IASB) (atualmente denominadas pela Fundação IFRS como "normas contábeis IFRS", emitidas pelo International Accounting Standards Board (IASB). A e evidenciam todas as informações relevantes próprias das demonstrações financeiras, e somente elas, as quais estão consistentes com as utilizadas pela administração na sua gestão. As políticas contábeis materiais aplicadas na preparação dessas demonstrações financeiras estão sumariadas na Seção E - Políticas Contábeis. As demonstrações financeiras foram preparadas considerando o custo histórico como base de valor, que, no caso de determinados ativos e passivos financeiros (inclusive instrumentos derivativos), ativos biológicos, propriedades

DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO - Em milhares de Reais

	Controladora				Consolidado			
	31/12/2023	31/12/2022	31/12/2023	31/12/2022	31/12/2023	31/12/2022	31/12/2023	31/12/2022
Receita líquida de vendas	29	–	114	661.618	144.652	–	–	–
(-) Custo dos serviços prestados	30	–	–	(14.407)	(754)	–	–	–
Lucro bruto	–	–	114	647.211	143.898			
Despesas operacionais								
Despesas gerais e administrativas	30	(122)	(123)	(192.491)	(15.215)	–	–	–
Despesas com vendas	–	–	–	(161.482)	(80.806)	–	–	–
Outras receitas (despesas) operacionais	–	–	–	25.301	154	–	–	–
Equivalência patrimonial	14.1	251.063	42.861	–	–	–	–	–
		251.071	42.738	(328.672)	(95.867)			
Resultado antes do resultado financeiro		251.071	42.852	318.539	48.031			
Resultado financeiro, líquido	31	120	(2)	4.035	(146)	–	–	–
Resultado antes do imposto de renda e contribuição social		251.191	42.850	322.574	47.885			
Imposto de renda e contribuição social	32.a	(31)	(13)	(68.526)	(4.602)	–	–	–
LUCRO LÍQUIDO DO PERÍODO		251.160	42.					

★ continuação NOTAS EXPLICATIVAS DA ADMINISTRAÇÃO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS INDIVIDUAIS E CONSOLIDADAS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2023 DA ADEMICON HOLDING S.A. Em milhares de Reais, exceto quando indicado de outra forma

As controladas consolidadas nas demonstrações financeiras estão listadas a seguir:

Investida	País	Moeda	Participação %	
			31/12/2023	31/12/2022
Ademicon Administradora de Consórcios S.A.	Brasil	Real	100,00%	100,00%
Ademicon Securitizadora S.A.	Brasil	Real	99,99%	99,99%
Ademicon Comércio Varejista Ltda.	Brasil	Real	100,00%	100,00%
Ademicon Corretora de Seguros Ltda.	Brasil	Real	100,00%	100,00%
Ademicon Crédito Serviços e Intermediação de Negócios Ltda.	Brasil	Real	100,00%	100,00%
Cota Trade Ltda.	Brasil	Real	66,36%	63,00%
COTA&DOM Participações Societárias Ltda.	Brasil	Real	-	66,67%
COTA&CAS Participações Societárias Ltda.	Brasil	Real	-	66,67%
COTAS FJ Participações Societárias Ltda.	Brasil	Real	-	66,67%
Credcota Serviços e Consultoria Ltda. (I)	Brasil	Real	-	-
Cotacash Serviços e Consultoria Ltda.	Brasil	Real	100,00%	-

(I) A Credcota Serviços e Consultoria Ltda. foi constituída em 15 de junho de 2023, sob a forma de sociedade limitada e possui como única sócia a Ademicon Crédito Serviços e Intermediação de Negócios Ltda., configurando-se assim, controlada indireta da ADEMICON HOLDING. O encerramento das atividades e baixa da mesma ocorreu em 28 de dezembro de 2023.

(c) Demonstração do valor adicionado: Essa demonstração tem por finalidade evidenciar a riqueza criada pelo Grupo e sua distribuição durante determinado período e é apresentada pelo Grupo, conforme requerido pela legislação societária brasileira, como parte de suas demonstrações financeiras individuais e como informação suplementar às demonstrações financeiras consolidadas, pois não é uma demonstração prevista nem obrigatória conforme as IFRSs. A DVA foi preparada com base em informações obtidas dos registros contábeis que servem de base de preparação das demonstrações financeiras e seguindo as disposições contidas no CPC 09 - Demonstração do Valor Adicionado. Em sua primeira parte apresenta a riqueza criada pelo Grupo, representada pelas receitas (receita bruta, incluindo os tributos incidentes sobre ela, as outras receitas e os efeitos da provisão para perdas de créditos esperada), pelos insumos adquiridos de terceiros (custo das vendas e aquisições de materiais, energia e serviços de terceiros, incluindo os tributos incluídos no momento da aquisição, os efeitos das perdas e da recuperação de valores ativos e a depreciação e amortização) e pelo valor adicionado recebido de terceiros (participação nos lucros de coligadas, controladas e empreendimentos controlados em conjunto, receitas financeiras e outras receitas). A segunda parte da DVA apresenta a distribuição da riqueza entre pessoal, impostos, taxas e contribuições, remuneração de capitais de terceiros e remuneração de capitais próprios. **(d) Declaração de relevância:** Todas as informações relevantes próprias das demonstrações financeiras individuais e consolidadas, e somente elas, estão sendo evidenciadas e correspondem às utilizadas pela Administração em sua gestão das atividades da ADEMICON HOLDING e do Grupo Ademicon, conforme Orientação Técnica OCPC 07. **(e) Declaração de continuidade:** A Administração avaliou a capacidade da ADEMICON HOLDING e do Grupo Ademicon em continuar operando normalmente e está convencida de que elas possuem recursos para dar continuidade aos seus negócios no futuro. Adicionalmente, a Administração não tem conhecimento de nenhuma incerteza material que possa gerar dúvidas significativas sobre a sua capacidade de continuar operando. Assim, estas demonstrações financeiras individuais e consolidadas foram preparadas com base no pressuposto de continuidade. **(f) Moeda funcional, moeda de apresentação e transações em moeda estrangeira:** A moeda funcional da ADEMICON HOLDING e do Grupo ADEMICON é o Real, mesma moeda de apresentação das demonstrações financeiras intermediárias condensadas individuais e consolidadas. As transações em moeda estrangeira, quando aplicável, são convertidas para a moeda funcional utilizando a taxa de câmbio nas datas de cada transação. Os saldos das transações patrimoniais são convertidos nas datas de fechamento dos balanços. Os ganhos e perdas de variação cambial resultantes da liquidação de ativos ou passivos contratados em moeda estrangeira são reconhecidos na demonstração do resultado do exercício conforme o regime de competência. **1.3 Mudanças nas políticas contábeis e divulgações:** As seguintes alterações de normas entraram em vigor no exercício iniciado em 1º de janeiro de 2023: **• Alteração ao IAS 1/CPAC 26(R1) e IFRS Practice Statement 2 - Divulgação de políticas contábeis:** alteração do termo "políticas contábeis significativas" para "políticas contábeis materiais". A alteração também define o que é "informação de política contábil material", explica como identifica-las e esclarece que informações imateriais de política contábil não precisam ser divulgadas, mas caso o sejam, que não devem obscurecer as informações contábeis relevantes. O "IFRS Practice Statement 2 Making Materiality Judgements", também altera, fornece orientação sobre como aplicar o conceito de materialidade às divulgações de política contábil. **• Alteração ao IAS 8/CPAC 23 - Políticas Contábeis, Mudança de Estimativa e Retificação de Erro:** a alteração esclarece como as entidades devem distinguir as mudanças nas políticas contábeis de mudanças nas estimativas contábeis, uma vez que mudanças nas estimativas contábeis são aplicadas prospectivamente a transações futuras e outros eventos futuros, mas mudanças nas políticas contábeis são geralmente aplicadas retrospectivamente a transações anteriores e outros eventos anteriores, bem como ao período atual. **• Alteração ao IAS 12/CPAC 32 - Tributos sobre o Lucro:** a alteração requer que as entidades reconheçam o imposto diferido sobre as transações que, no reconhecimento inicial, dão origem a montantes iguais de diferenças temporárias tributáveis e dedutíveis. Isso normalmente se aplica a transações de arrendamentos (ativos de direito de uso e passivos de arrendamento) e obrigações de descomissionamento e restauração, como exemplo, e exige o reconhecimento de ativos e passivos fiscais diferidos adicionais. **• Alteração ao IAS 12/CPAC 32 - Tributos sobre o Lucro:** em dezembro de 2021, a Organização de Cooperação e Desenvolvimento Econômico (OCDE) divulgou as regras do modelo Pilar Dois objetivando uma reforma da tributação corporativa internacional de forma a garantir que grupos econômicos multinacionais dentro do escopo dessas regras paguem imposto sobre o lucro mínimo efetivo à taxa de 15%. A alíquota efetiva de impostos sobre o lucro de cada país, calculada nesse modelo, foi denominada "GloBE effective tax rate" ou alíquota efetiva GloBE. Essas regras deverão ser aprovadas pela legislação local de cada país, sendo que alguns já promulgaram novas leis ou estão em processo de discussão e aprovação. Em maio de 2023, o IASB emitiu alterações de escopo ao IAS 12, "Tributos sobre o Lucro" para permitir isenção temporária na contabilização de impostos diferidos decorrentes de legislação promulgada ou substancialmente promulgada da implementação do Pilar Dois da OCDE, isenção essa que foi adotada pelo Grupo. No entanto, as entidades não requeridas a apresentar divulgações adicionais em suas demonstrações financeiras anuais de exercícios iniciados em ou após 1º de janeiro de 2023, não havendo requisito de divulgação para períodos intermediários anteriores a 31 de dezembro, 2023. As alterações ao IAS 12 são aplicáveis imediatamente e retrospectivamente de acordo com a IAS 8 "Políticas Contábeis, Mudança de Estimativa e Retificação de Erro", incluindo a exigência de divulgar se a exceção foi aplicada e se os tributos sobre o lucro da entidade foram afetados em decorrência da implementação das regras do Pilar Dois. As divulgações referentes à exposição conhecida ou razoavelmente estimável dos tributos sobre o lucro sob o Pilar Dois estão incluídas na Nota 37. As alterações mencionadas acima não tiveram impactos materiais para o Grupo. **1.4 Reapresentação das cifras comparativas: 1.4.1 Arrendamentos:** Em 2023, foram identificados ajustes relativos ao exercício de 2022, relacionados a aplicação do CPC 06 (R2) - Arrendamentos pela Ademicon Administradora de Consórcios S.A., que passou a ser controlada pela ADEMICON HOLDING em dezembro de 2022. Nesse contexto, retificam-se os saldos consolidados do exercício de 2022 no montante de R\$ 1.977. A referida correção afetou, em 31 de dezembro de 2022, o ativo não circulante consolidado no montante de R\$ 1.977, passivo circulante consolidado no montante de R\$ 996, e o passivo não circulante consolidado no montante de R\$ 981, o resultado consolidado do exercício o efeito líquido é igual a zero. As demonstrações financeiras consolidadas de 31 de dezembro de 2022, apresentadas para fins de comparação, foram ajustadas e estão sendo reapresentadas. Os efeitos da reapresentação são demonstrados a seguir:

a) Movimentação:

Ativo de arrendamento	Consolidado	
	2023	2022
Saldo inicial - 1º/11/2022	2.309	2.309
(-) Depreciação	(332)	-
Ajuste a valor presente	-	43
(-) Pagamentos	-	(375)
Saldo em 31/12/2022	1.977	1.977

b) Demonstrações financeiras:

Ativo de arrendamento	Consolidado	
	2023	2022
Saldo inicial - 1º/11/2022	2.309	2.309
(-) Depreciação	(332)	-
Ajuste a valor presente	-	43
(-) Pagamentos	-	(375)
Saldo em 31/12/2022	1.977	1.977

Balanco Patrimonial

Ativo	Original	Ajustes		Reapresentado
		Débito	Crédito	
Circulante	168.978	-	-	168.978
Não circulante	588.311	2.309 (332)	-	590.288
Ativo de direito de uso	-	2.309 (332)	-	1.977
Total do ativo	757.289	2.309 (332)	-	759.266
Passivo e patrimônio líquido				
Circulante	162.621	(375)	1.371	163.617
Passivo de arrendamento	-	(375)	1.371	996
Não circulante	464.591	-	981	465.572
Passivo de arrendamento	-	-	981	981
Patrimônio líquido	130.077	-	-	130.077
Total do passivo e do patrimônio líquido	757.289	(375)	2.352	759.266

Demonstração do Resultado do Exercício

Descrição	Original	Ajustes		Reapresentado
		Débito	Crédito	
Receita líquida de vendas	144.652	-	-	144.652
(-) Custo dos serviços prestados	(754)	-	-	(754)
Lucro Bruto	143.898	-	-	143.898
Despesas operacionais	(95.910)	(332)	375	(95.867)
Despesas gerais e administrativas	(96.064)	(332)	375	(96.021)
Resultado antes do resultado financeiro	47.988	-	-	48.031
Resultado financeiro, líquido	(103)	(43)	-	(146)
Resultado antes do imposto de renda e contribuição social	47.885	-	-	47.885
Imposto de renda e contribuição social	(4.602)	-	-	(4.602)
LUCRO LÍQUIDO DO PERÍODO	43.283	(375)	375	43.283

Demonstração dos fluxos de caixa

Fluxos de caixa das atividades operacionais	Original	Ajustes		Reapresentado
		Débito	Crédito	
Lucro líquido do período	43.283	-	-	43.283
<i>Ajustado por:</i>				
Depreciação e amortização	227	332	-	559
Despesas financeiras que não afetam caixa	-	43	-	43
Caixa líquido gerado pelas atividades operacionais	1.753	375	-	2.128
Caixa líquido aplicado nas atividades de investimento	(1.593)	-	-	(1.593)
Fluxos de caixa das atividades de financiamento				
Pagamento arrendamentos	-	(375)	-	(375)
Caixa líquido aplicado nas atividades de financiamento	197	(375)	-	(178)
Aumento/(Redução) líquida de caixa e equivalentes de caixa	357	-	-	357

Demonstração dos fluxos de caixa

Descrição	Consolidado		
	Original	Ajustes	Reapresentado
Caixa e equivalentes de caixa no início do período	-	-	-
Caixa e equivalentes de caixa no fim do período	357	-	357
Variação líquida de caixa e equivalentes de caixa	357	-	357

Seção B - Riscos

2. USO DE ESTIMATIVAS E JULGAMENTOS CONTÁBEIS CRÍTICOS

Na aplicação das políticas contábeis da ADEMICON HOLDING e do Grupo ADEMICON, a Administração deve fazer julgamentos e elaborar estimativas a respeito dos valores contábeis dos ativos e passivos os quais não são facilmente obtidos de outras fontes. As estimativas e as respectivas premissas estão baseadas na experiência histórica e em outros fatores considerados relevantes. Os resultados efetivos podem diferir dessas estimativas. As estimativas e premissas subjacentes são revisadas continuamente. Os efeitos decorrentes das revisões feitas às estimativas contábeis são reconhecidos no período em que as estimativas são revistas, se a revisão afetar apenas esse período, ou também em períodos posteriores, se a revisão afetar tanto o período presente como períodos futuros. Não houve alterações nas estimativas e premissas que apresentassem riscos significativos em relação àquelas aplicadas no exercício findo em 31 de dezembro de 2022.

3. GESTÃO DE RISCOS

3.1 Considerações gerais: No curso normal de suas operações, o Grupo está exposto a riscos de mercado - taxa de juros, taxas de câmbio, risco de crédito e risco de liquidez. A Administração determina as estratégias a serem adotadas a cada circunstância e coordena o acesso aos mercados financeiros domésticos e estrangeiros, assim como monitora e administra os riscos financeiros relacionados às operações do Grupo por meio de relatórios de riscos internos que analisam as exposições por grau e relevância dos riscos. Esses riscos incluem o risco de mercado (inclusive risco de taxa de juros e outros riscos de preços), o risco de crédito e o risco de liquidez. **3.2 Gestão do risco de capital:** O Grupo administra seu capital para assegurar que possa continuar com suas atividades normais, ao mesmo tempo em que maximiza o retorno a todas as partes interessadas ou envolvidas em suas operações, por meio da otimização do saldo das dívidas e do patrimônio. O Grupo administra a estrutura do capital e a ajusta considerando as mudanças nas condições econômicas. Não houve alterações quanto aos objetivos, políticas ou processos durante o período de nove meses findo em 30 de setembro de 2023. **3.3 Gestão do risco de crédito:** O risco de crédito refere-se ao risco de uma contraparte não cumprir com suas obrigações contratuais, levando o Grupo a incorrer em perdas financeiras. O Grupo adotou a política de apenas negociar com contrapartes que possuam capacidade de crédito e obtenham garantias suficientes, quando apropriado, somente como meio de mitigar o risco de perda financeira por motivo de inadimplência. Por meio de controles internos,

4. INSTRUMENTOS FINANCEIROS

4.1 Categoria dos instrumentos financeiros: Em 31 de dezembro de 2023 os instrumentos financeiros estavam classificados conforme categorias a seguir:

Hierarquia do valor justo	Classificação por categoria	Controladora		Consolidado	
		31/12/2023	31/12/2022	31/12/2023	31/12/2022
-	Custo amortizado	1	-	4.130	357
(i)	(i)	2.543	-	49.847	62.586
-	Custo amortizado	-	364	80.628	61.043
-	Custo amortizado	-	-	1.306	7.033
-	Custo amortizado	-	-	33.012	29.593
Total		2.544	364	170.923	160.612
-	Custo amortizado	32	20	40.089	25.253
-	VJR	-	-	1.972	-
-	Custo amortizado	-	-	647.078	531.211
Total		32	20	689.139	556.464

Ativos financeiros

Caixa e equivalentes de caixa
Títulos e valores mobiliários
Contas a receber de clientes
Empréstimos a grupos
Cotas de consórcio
Total

Passivos financeiros

Fornecedores e contas a pagar
Instrumentos financeiros derivativos
Passivo de contrato
Total

(i) Títulos e valores mobiliários:

Hierarquia do valor justo	Classificação por categoria	Controladora		Consolidado	
		31/12/2023	31/12/2022	31/12/2023	31/12/2022
-	Custo amortizado	2	-	-	-
-	VJR	-	-	-	-

4.2 Valor justo dos instrumentos financeiros: Valor justo é o montante pelo qual um ativo poderia ser trocado, ou um passivo liquidado, entre partes com conhecimento do negócio e interesse em realizá-lo, em uma transação em que não há favorecidos. O conceito de valor justo trata de inúmeras variações sobre métricas utilizadas com o objetivo de mensurar um montante em valor confiável. A apuração do valor justo foi determinada utilizando as informações de mercado disponíveis e metodologias apropriadas de avaliação. Entretanto, um julgamento considerável é necessário para interpretar informações de mercado e estimar o valor justo. O uso de diferentes metodologias de mercado pode ter um efeito material nos valores de realização estimados. As operações com instrumentos financeiros estão apresentadas no balanço patrimonial pelo seu valor contábil, que é equivalente ao seu valor justo. Essa situação acontece em virtude de esses instrumentos financeiros possuírem características similares às que seriam obtidas se fossem negociados no mercado. Para aumentar a coerência e a comparação, a hierarquia do valor justo prioriza os insumos utilizados na mensuração do valor justo em três grandes níveis, como segue: **• Nível 1. Mercado Ativo:** Preço - se os preços cotados foram prontamente e regularmente disponibilizados e se esses preços representarem transações de mercado que ocorrem regularmente entre

partes independentes, sem favorecimento. **• Nível 2. Sem Mercado Ativo:** Técnica de Avaliação - deve ser apurado utilizando-se metodologia de avaliação/apreçamento. O objetivo da técnica de avaliação é estabelecer qual seria o preço da transação na data de mensuração em uma troca com isenção de interesses motivada por considerações do negócio. **• Nível 3. Sem Mercado Ativo:** "Inputs" para o ativo ou passivo que não são baseados em variáveis observáveis de mercado. Não houve alteração de classificação de categoria dos instrumentos financeiros do Grupo em relação às classificações no exercício findo em 31 de dezembro de 2022.

Seção C - Informações por segmento

5. INFORMações FINANCEIRAS POR SEGMENTO OPERACIONAL

O Grupo definiu cinco segmentos operacionais, que são gerenciados separadamente, com base nos relatórios utilizados para a tomada de decisões estratégicas pela Administração. As políticas contábeis desses segmentos operacionais estão descritas na Seção E. As informações financeiras dos segmentos operacionais a serem reportados em 31 de dezembro de 2023 estão demonstrados a seguir:

Hierarquia do valor justo	Classificação por categoria	Controladora		Consolidado	
		31/12/2023	31/12/2022	31/12/2023	31/12/2022
-	Custo amortizado	1	-	4.130	357
(i)	(i)	2.543	-	49.847	62.586
-	Custo amortizado	-	364	80.628	61.043
-	Custo amortizado	-	-	1.306	7.033
-	Custo amortizado	-	-	33.012	29.593
Total		2.544	364	170.923	160.612
-	Custo amortizado	32	20	40.089	25.253
-	VJR	-	-	1.972	-
-	Custo amortizado	-	-	647.078	531.211
Total		32	20	689.139	556.464

6. CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA

Descrição	Controladora		Consolidado	
	31/12/2023	31/12/2022	31/12/2023	31/12/2022
Caixa	-	-	3	3
Banco conta corrente	1	-	4.127	354
Aplicações financeiras	-	-	-	-
Total	1	-	4.130	357

7. TÍTULOS E VALORES MOBILIÁRIOS

Descrição	Controladora		Consolidado	
	31/12/2023	31/12/2022	31/12/2023	31/12/2022
CDB (i)	2.541	-	9.432	26.732
Fundo de investimento (ii)	-	-	-	54
Fundo de renda fixa (iii)	-	-	40.415	35.800
Total	2.541	-	49.847	62.586

(i) Em 31 de dezembro de 2023, estas aplicações são remuneradas entre 95% e 105% da variação do Certificado de Depósito Interbancário - CDI.
(ii) O valor de mercado dos títulos públicos que compõem os fundos é correspondente ao preço dos ativos na B3 e indexados ao CDI.
(iii) O fundo de renda fixa, classificado como aberto, é administrado pelo Banco Bradesco, referenciado e indexado ao CDI. Suas aplicações estão concentradas, em sua grande maioria, créditos privados, havendo também uma pequena parcela em títulos públicos.

8. CONTAS A RECEBER

Descrição	Controladora		Consolidado	
	31/12/2023	31/12/2022	31/12/2023	31/12/2022
Contas a receber de clientes	-	364	21.711	10.963
Taxas administrativas a receber	-	-	71.077	60.292
Total	-	364	92.788	71.255
(-) Perda de crédito esperada - PCE	-	-	(12.070)	(10.212)
Total	-	364	80.718	61.043
Circulante	-	364	76.215	56.450
Não circulante	-	-	4.503	4.593

Movimentação da PCE:

Descrição	Controladora		Consolidado	
	31/12/2023	31/12/2022	31/12/2023	31/12/2022
Saldo inicial	-	-	(10.212)	-
Adições	-	-	(1.863)	(10.212)
Reversões	-	-	5	-
Saldo final	-	-	(12.070)	(10.212)

Observando os critérios dispostos no CPC 48, ao final de cada exercício a Administração avalia se houve aumento significativo no risco de crédito através da comparação do risco de inadimplência entre a data de encerramento do exercício e a data do reconhecimento inicial para avaliação da perda esperada dos recebíveis. Essa análise leva em consideração a probabilidade de perda efetiva, apurada com base no prazo de recebimento dos saldos em aberto. Com base nessa análise, observa-se que aproximadamente 83% do saldo inadimplente é recuperado em período inferior a dois anos. Dessa forma, atualmente a provisão é constituída a proporção de 17% sobre o total do saldo em aberto, parcela em que a Administração avalia que o risco de perda é significativo. Esse critério é avaliado periodicamente, e atualizado sempre que forem observadas mudanças no fluxo de recebimentos.

o Grupo monitora permanentemente o nível das suas contas a receber, o que limita o risco de contas inadimplentes. A Administração registra provisão para perdas de créditos esperada utilizando uma abordagem simplificada, baseada na preparação de uma matriz de risco de perda construída a partir de dados históricos. O Grupo não detém nenhuma garantia de crédito para cobrir seus riscos de créditos associados aos seus ativos financeiros. Visando minimizar o risco de crédito relacionado a caixa e equivalentes de caixa, o Grupo concentra a maioria de suas transações de equivalentes de caixa em instituições financeiras de grande porte. **3.4 Gestão do risco de liquidez:** A responsabilidade pelo gerenciamento do risco de liquidez é da Administração do Grupo, que elaborou um modelo apropriado de gestão de risco de liquidez para o gerenciamento das necessidades de captação e gestão de liquidez no curto, médio e longo prazos. Os índices de liquidez de curto prazo em 31 de dezembro de 2023 e 31 de dezembro de 2022 podem ser assim sumarizados:

* continuação

NOTAS EXPLICATIVAS DA ADMINISTRAÇÃO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS INDIVIDUAIS E CONSOLIDADAS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2023 DA ADEMICON HOLDING S.A.
Em milhares de Reais, exceto quando indicado de outra forma

(b) **Ativo fiscal diferido:** Em 30 de setembro de 2023 está representado pelo montante de R\$ 20.645 (R\$ 22.939 em 31 de dezembro de 2022), refere-se ao benefício fiscal sobre o ágio gerado na aquisição da CONSEG Administradora de Consórcios conforme Laudo de Alocação de Preço de Compra (PPA), emitido em 26 de julho de 2017 pela Muller & Prei Auditores Independentes. A aquisição se deu pelo valor de R\$ 77.984.082,00, equivalente a 100% das ações em circulação da capital social da Companhia. O patrimônio líquido justo da companhia foi avaliado no montante de R\$ 10.516.291,59, gerando assim um ágio por expectativa de rentabilidade futura (Goodwill) no montante de R\$ 67.467.790,41. Em 31 de dezembro de 2022 foram realizados ajustes contábeis decorrentes da contabilização de ágio, através da baixa do valor R\$ 67.467.790,41 (sessenta e sete milhões, quatrocentos e sessenta e sete mil, setecentos e noventa reais e quarenta e um centavos), e a constituição do ativo diferido para aproveitamento fiscal no montante de R\$ 22.939.089,53 (vinte e dois milhões, novecentos e trinta e nove mil e oitenta e nove reais e cinquenta e três centavos), calculado à proporção de 34% sobre o montante do ágio registrado na Incorporadora pela aquisição de investimentos, cujo aproveitamento se dará no prazo de 60 meses, a partir do mês de abril de 2023. A movimentação do saldo do ativo fiscal diferido está demonstrada a seguir:

Saldo em 31 de dezembro de 2022	22.939
Apropriação parcelas	(3.441)
Saldo em 31 de dezembro de 2023	19.498

A Administração do Grupo realiza análise de recuperabilidade do ativo registrado sempre ao final do exercício, considerando as projeções de lucro tributável futuro estimado a partir da projeção dos resultados, elaborada com base nas premissas do planejamento estratégico da Companhia, para obtenção do fluxo de caixa operacional. Considerando a projeção de lucros tributáveis para a Companhia, não são identificados fatores de que este ativo venha a sofrer desvalorização. Dessa forma, a Administração conclui que não se faz necessária, para a data-base, a constituição de provisão para perdas por desvalorização ("Impairment"), observando o disposto no CPC 01 (R1).

33. PARTES RELACIONADAS

(a) **Remuneração do pessoal-chave da administração:** A remuneração do pessoal-chave da Administração (sócios e diretoria) é composta somente por benefícios de curto prazo (pró-labore), e para o exercício findo em 31 de dezembro de 2023 está representada pelo montante de R\$ 2.853 mil. (b) **Ativos e passivos com partes relacionadas:** Em 31 de dezembro de 2023, os saldos relativos a transações entre partes relacionadas estão representados a seguir:

Ativo	Controladora	Administradora	Securitizadora	Varejista	Cota Trade
Debêntures	-	20.300	-	-	-
Adiantamentos	-	-	-	-	-
Mútuo	-	-	383	-	-
Total	20.300	383	383	383	383

Passivo	Controladora	Administradora	Securitizadora	Varejista
Debêntures	-	-	20.300	-
Adiantamentos	-	-	-	-
Mútuo	-	-	-	383
Total	20.300	383	383	383

34. SEGUROS (NÃO AUDITADO)

O resumo das apólices vigentes em 31 de dezembro de 2023 está demonstrado a seguir:

Modalidade	Cobertura - R\$ mil	Vigência
Riscos de Engenharia	5.000	25/05/2023 a 26/05/2024
Responsabilidade Civil	4.720	25/05/2023 a 26/05/2024
Compreensivo Empresarial	4.635	25/05/2023 a 26/05/2024
Incêndio, queda de raio e explosão de qualquer natureza	4.160	25/05/2023 a 26/05/2024
Queda de aeronaves	4.000	25/05/2023 a 26/05/2024
Propriedades circunvizinhas	3.000	25/05/2023 a 26/05/2024

Seção E - Políticas Contábeis**35. RESUMO DAS POLÍTICAS CONTÁBEIS MATERIAIS**

As políticas contábeis materiais aplicadas na preparação dessas demonstrações financeiras estão sumarizadas abaixo. Essas políticas foram aplicadas de modo consistente nos exercícios apresentados salvo disposição em contrário. **35.1 Consolidação:** As seguintes políticas contábeis são aplicadas na elaboração das demonstrações financeiras consolidadas. (a) **Controladas:** Controladas são todas as entidades (incluindo as entidades estruturadas) nas quais a Companhia detém o controle. As controladas são totalmente consolidadas a partir da data em que o controle é transferido para a Companhia, e interrompida a partir da data em que a Companhia deixa de ter o controle. Transações, saldos e ganhos não realizados em transações entre empresas do Grupo são eliminados. Os prejuízos não realizados também são eliminados a menos que a operação forneça evidências de uma perda (impairment) do ativo transferido. (b) **Transações com participações de não controladores:** O Grupo trata as transações com participações de não controladores como transações com proprietários de ativos do Grupo. Para as compras de participações de não controladores, a diferença entre qualquer contraprestação paga e a parcela adquirida do valor contábil dos ativos líquidos da controlada é registrada no patrimônio líquido. Os ganhos ou perdas sobre alienações para participações de não controladores também são registrados diretamente no patrimônio líquido, na conta "Ajustes de avaliação patrimonial". **35.2 Caixa e equivalentes de caixa:** Para fins da demonstração dos fluxos de caixa, caixa e equivalentes de caixa correspondem aos saldos de disponibilidades como depósitos bancários, dinheiro em caixa e investimentos de curto prazo de alta liquidez, com vencimento de três meses ou menos, a contar da data de contratação e sujeitos a risco insignificante de mudança de valor. Recursos estes utilizados pelo Grupo para gerenciamento de seus compromissos a curto prazo. **35.3 Imobilizado:** Os bens do ativo imobilizado estão demonstrados ao valor de custo, deduzidos de depreciação e perdas por redução ao valor recuperável acumuladas, se aplicável. Tais imobilizações são classificadas nas categorias adequadas do imobilizado quando concluídas e prontas para o uso pretendido. A depreciação desses ativos inicia-se quando eles estão prontos para o uso pretendido na mesma base dos outros ativos imobilizados. A depreciação é reconhecida com base na vida útil estimada de cada ativo pelo método linear, de modo que o valor do custo menos o seu valor residual após sua vida útil seja integralmente baixado (exceto para terrenos e construções em andamento). A vida útil estimada, os valores residuais e os métodos de depreciação são revisados ao fim de cada exercício social e o efeito de quaisquer mudanças nas estimativas é contabilizado prospectivamente. A depreciação é calculada com base no método linear ao longo da vida útil estimada dos ativos, conforme a seguir apresentado (taxas médias):

Natureza do ativo	Vida útil (% a.a.)
Móveis e utensílios	10%
Instalações e benfeitorias	10%
Equipamentos de informática	20%
Máquinas e equipamentos	10%
Central telefônica	10%
Sistemas de segurança	10%

Custos subsequentes são incorporados ao valor residual do imobilizado ou reconhecidos como item específico, conforme apropriado, somente se os benefícios econômicos associados a esses itens forem prováveis e os valores mensurados de forma confiável. O saldo residual do item substituído é baixado. Reparos e manutenções são reconhecidos diretamente no resultado, quando incorridos. Um item do imobilizado é baixado após alienação ou quando não há benefícios econômicos futuros resultantes do uso contínuo do ativo. Quaisquer ganhos ou perdas na venda ou baixa de um item do imobilizado são determinados pela diferença entre os valores recebidos na venda e o valor contábil do ativo e são reconhecidos no resultado. **35.4 Intangível:** Ativos intangíveis adquiridos separadamente são mensurados ao custo no momento do seu reconhecimento inicial. Após o reconhecimento inicial, os ativos intangíveis são apresentados ao custo, menos amortização acumulada e perdas acumuladas de valor recuperável, se aplicável. Ativos intangíveis gerados internamente, excluindo custos de desenvolvimento capitalizados, não são capitalizados, e o gasto é refletido na demonstração do resultado no exercício em que for incorrido. Ativos intangíveis com vida definida são amortizados ao longo da vida útil econômica e avaliados em relação à perda por redução ao valor recuperável sempre que houver indicação de perda de valor econômico do ativo. O período e o método de amortização para um ativo intangível com vida definida são revisados no mínimo no fim de cada exercício social. Mudanças na vida útil estimada ou no consumo esperado dos benefícios econômicos futuros desses ativos são contabilizadas por meio de mudanças no período ou método

de amortização, conforme o caso, sendo tratadas como mudanças de estimativas contábeis. A amortização de ativos intangíveis com vida definida é reconhecida na demonstração do resultado na categoria de despesa consistente com a utilização do ativo intangível. Ativos intangíveis com vida útil indefinida adquiridos separadamente são registrados ao custo, deduzidos das perdas por redução ao valor recuperável acumuladas. Um ativo intangível é desreconhecido quando da sua venda (ou seja, a data em que o beneficiário obtém o controle do ativo relacionado) ou quando não são esperados benefícios econômicos futuros a partir de sua utilização ou venda. **35.5 Arrendamentos:** O Grupo mantém contratos de longo prazo de aluguel de imóveis e veículos, destinados às suas operações. Os ativos e passivos dos arrendamentos são inicialmente mensurados pelo valor presente. Os pagamentos dos arrendamentos são descontados utilizando taxa de juros que a Administração avalia equivalente de financiamentos necessários para aquisição de bens equivalentes, em ambiente econômico similar e termos e condições equivalentes. Quando os ajustes em pagamentos de arrendamentos baseados em um índice ou taxa são concretizados, o passivo de arrendamento é reavaliado e ajustado em contrapartida ao ativo de direito de uso. Os pagamentos de arrendamentos são alocados entre o principal e as despesas financeiras. As despesas financeiras são reconhecidas no resultado durante o período do arrendamento para produzir uma taxa periódica constante de juros sobre o saldo remanescente do passivo para cada período. Os ativos de direito de uso são mensurados ao custo e depreciados ao longo do prazo do arrendamento pelo método linear, e a depreciação reconhecida no resultado durante o período do arrendamento. **35.6 Redução ao valor recuperável de ativos não financeiros:** A Administração do Grupo revisa anualmente o valor recuperável dos ativos com o objetivo de avaliar eventos ou mudanças nas circunstâncias econômicas operacionais ou tecnológicas que possam indicar deterioração ou perda de seu valor recuperável. Sendo tais evidências identificadas e tendo o valor contábil líquido excedido o valor recuperável, é constituída provisão para desvalorização ajustando o valor contábil líquido ao valor recuperável. O valor recuperável de um ativo ou de determinada unidade geradora de caixa é definido como sendo o maior entre o valor em uso e o valor líquido de venda. Na estimativa do valor em uso do ativo, os fluxos de caixa futuros estimados são descontados ao seu valor presente, utilizando uma taxa de desconto antes dos tributos que reflita o custo médio ponderado de capital para a indústria em que opera a unidade geradora de caixa. O valor justo líquido das despesas de venda é determinado, sempre que possível, com base em transações recentes de mercado entre partes conhecidas e interessadas com ativos semelhantes. Na ausência de transações observáveis neste sentido, uma metodologia de avaliação apropriada é utilizada. Os cálculos dispostos neste modelo são corroborados por indicadores disponíveis de valor justo, como preços cotados para entidades listadas, entre outros indicadores disponíveis. O Grupo baseia sua avaliação de redução ao valor recuperável com base nas previsões e orçamentos financeiros mais recentes, os quais são elaborados separadamente pela Administração para cada unidade geradora de caixa às quais os ativos estejam alocados. As projeções baseadas nestas previsões e orçamentos geralmente abrangem o período de cinco anos. Uma taxa média de crescimento de longo prazo é calculada e aplicada aos fluxos de caixa futuros após o quinto ano. A perda por desvalorização do ativo é reconhecida no resultado de forma consistente com a função do ativo sujeito à perda. Para ativos que não sejam ágio, é efetuada uma avaliação em cada data de reporte para determinar se existe um indicativo de que as perdas por redução ao valor recuperável reconhecidas anteriormente já não existem ou diminuíram. Se tal indicativo existir, o Grupo estima o valor recuperável do ativo ou da unidade geradora de caixa. Uma perda por redução ao valor recuperável de um ativo previamente reconhecida é revertida apenas se tiver havido mudança nas estimativas utilizadas para determinar o valor recuperável do ativo desde a última perda por desvalorização que foi reconhecida. A reversão é limitada para que o valor contábil do ativo não exceda o valor contábil que teria sido determinado (líquido de depreciação, amortização ou exaustão), caso nenhuma perda por desvalorização tivesse sido reconhecida para o ativo em anos anteriores. Essa reversão é reconhecida no resultado. O teste de redução ao valor recuperável do ágio é feito anualmente em 31 de dezembro ou quando as circunstâncias indicarem que o valor contábil tenha se deteriorado. A perda por desvalorização é reconhecida para uma unidade geradora de caixa ao qual o ágio esteja relacionado. Quando o valor recuperável da unidade é inferior ao valor contábil da unidade, a perda é reconhecida e alocada para reduzir o valor contábil dos ativos da unidade na seguinte ordem: (a) reduzindo o valor contábil do ágio alocado à unidade geradora de caixa; e (b) a seguir, aos outros ativos da unidade proporcionalmente ao valor contábil de cada ativo. Ativos intangíveis com vida útil indefinida são testados em relação à perda por redução ao valor recuperável anualmente em 31 de dezembro, individualmente ou no nível da unidade geradora de caixa, conforme o caso ou quando as circunstâncias indicarem perda por desvalorização do valor contábil. O valor recuperável é o maior valor entre o valor justo menos os custos de alienação e o valor em uso. Na avaliação do valor em uso, os fluxos de caixa futuros estimados são descontados ao valor presente pela taxa de desconto, antes dos impostos, que reflete uma avaliação atual do preço de venda do ativo no tempo e os riscos associados ao ativo ou na assunção de estimativa de fluxos de caixa futuros não foi ajustada. Se o valor recuperável de um ativo (ou unidade geradora de caixa) calculado for menor que o seu valor contábil, o valor contábil do ativo (ou unidade geradora de caixa) é reduzido ao seu valor recuperável. A perda por redução ao valor recuperável é reconhecida imediatamente no resultado. Quando a perda por redução ao valor recuperável é revertida subsequentemente, ocorre o aumento do valor contábil do ativo (ou unidade geradora de caixa) para a estimativa revisada do seu valor recuperável, desde que não exceda o valor contábil que teria sido determinado, caso nenhuma perda por redução ao valor recuperável tivesse sido reconhecida para o ativo (ou unidade geradora de caixa) em exercícios anteriores. A reversão da perda por redução ao valor recuperável é reconhecida imediatamente no resultado, na medida em que elimina a perda por redução ao valor recuperável que foi reconhecida para o ativo em exercícios anteriores. **35.7 Instrumentos financeiros:** Ativos financeiros são classificados, no reconhecimento inicial, como subsequentemente mensurados ao custo amortizado, ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes e ao valor justo por meio do resultado. Ativos financeiros são reconhecidos inicialmente pelo seu valor justo quando o Grupo assume direitos contratuais de receber caixa ou outros ativos financeiros de contratos no qual é parte. Ativos financeiros são desreconhecidos quando os direitos de receber caixa atrelados ao ativo financeiro expiram ou foram transferidos substancialmente aos riscos e benefícios para terceiros. Ativos e passivos são reconhecidos quando direitos e/ou obrigações são retidos na transferência pelo Grupo. Passivos financeiros são reconhecidos quando o Grupo assume obrigações contratuais para liquidação em caixa ou na assunção de obrigações de terceiros através de um contrato no qual é parte. Para fins de mensuração subsequentemente, os passivos financeiros são classificados em duas categorias: • Passivos financeiros ao valor justo por meio do resultado; e • Passivos financeiros ao custo amortizado. Passivos financeiros são reconhecidos inicialmente ao valor justo e são desreconhecidos quando são quitados, extintos ou expirados. Os instrumentos financeiros que posteriormente ao reconhecimento inicial venham a ser mensurados pelo custo amortizado são mensurados através da taxa efetiva de juros e estão sujeitos à redução ao valor recuperável. As receitas e despesas de juros, a variação monetária e a variação cambial, deduzidas das estimativas de perda por não recebimento de ativos financeiros, são reconhecidas quando incorridas na demonstração de resultado do exercício como "Resultado financeiro". Os juros pagos referente a empréstimos e financiamentos estão classificados em atividade de financiamento na demonstração dos fluxos de caixa. Ativos e passivos financeiros somente são apresentados pelos seus valores líquidos se o Grupo tiver o direito incondicional de compensar tais valores ou liquidá-los simultaneamente, bem como ter a intenção de fazê-lo. Em 31 de dezembro de 2023 e 2022, os instrumentos financeiros do Grupo foram classificados da seguinte forma: Caixa e equivalentes de caixa, Contas a receber, que inclui as taxas administrativas, Partes relacionadas e Fornecedores foram classificados como "Custo amortizado". Aplicações financeiras vinculadas foram e instrumentos financeiros derivativos passivos classificados como "Valor justo por meio do resultado". O Grupo avalia mensalmente as estimativas por perda pela não realização de ativos financeiros. O Grupo reconhece uma provisão para perdas de crédito esperadas para todos os instrumentos de dívida não detidos pelo valor justo por meio do resultado. As perdas de crédito esperadas baseiam-se na diferença entre os fluxos de caixa contratuais devidos de acordo com o contrato e todos os fluxos de caixa que o Grupo espera receber, descontados a uma taxa de juros efetiva que se aproxime da taxa original da transação. Os fluxos de caixa esperados incluem fluxos de caixa da venda de garantias detidas ou outras melhorias de crédito que sejam integrantes dos termos contratuais. Para contas a receber de clientes e ativos de contrato, o Grupo aplica uma abordagem simplificada no cálculo das perdas de crédito esperada. Portanto, o Grupo não acompanha as alterações no risco de crédito, mas reconhece uma provisão para perdas com base em perdas de crédito esperada vitais em cada data-base. O Grupo estabeleceu uma matriz de provisões que se baseia em sua experiência histórica de perdas de crédito, ajustada para fatores prospectivos específicos para os devedores e para o ambiente econômico. O Grupo considera um ativo financeiro em situação de inadimplência quando ocorre a contemplação, o bem está em posse do cliente e existem parcelas em atraso, variando a quantidade a ser considerada de acordo com o segmento do ativo. No entanto, em certos casos, o Grupo também pode considerar que um ativo

financeiro está em inadimplimento quando informações internas ou externas indicam ser improvável o Grupo receber integralmente os valores contratuais em aberto antes de levar em conta quaisquer melhorias de crédito mantidas pelo Grupo. Um ativo financeiro é baixado quando não há expectativa razoável de recuperação dos fluxos de caixa contratuais. **35.8 Fornecedores e Contas a Pagar:** As contas a pagar aos fornecedores são obrigações a pagar por bens ou serviços que foram adquiridos de fornecedores no curso normal dos negócios, sendo classificadas como passivos circulantes se o pagamento for devido no período de até um ano. Caso contrário, as contas a pagar são apresentadas como passivo não circulante. Elas são, inicialmente, reconhecidas pelo valor justo e, subsequentemente, mensuradas pelo custo, acrescidos, quando aplicável, dos correspondentes encargos incorridos. Na prática, são normalmente reconhecidas ao valor da futura correspondente. **35.9 Despesa Antecipada:** Refere-se ao diferimento das comissões sobre as vendas, respeitando o regime de competência, ou sejam, passando a ser reconhecida e registrada com base no prazo dos contratos com os clientes, conforme previsto no CPC 47 (IFRS 15). **35.10 Contas a receber:** As contas a receber correspondem aos valores a receber pela prestação de serviços e comercialização de produtos no curso normal das atividades do Grupo, incluindo às taxas administrativas a receber. As taxas administrativas correspondem às taxas de administração de lance recebido e antecipadas, que serão apropriadas de forma linear pelo prazo do contrato, e reconhecidas pelo regime de competência, conforme previsto no CPC 47. Esses saldos são inicialmente reconhecidos pelo valor justo das transações, deduzidos das provisões para perdas calculadas. Se o prazo de recebimento destes saldos for equivalente a um ano (12 meses) ou menos, serão classificados no ativo circulante, caso contrário serão apresentados no ativo não circulante. **35.11 Empréstimos:** Refere-se aos empréstimos feitos pela Administradora aos grupos para viabilização do seu encerramento, cumprindo com as contemplações de todos os consorciados ativos. O saldo é líquido da provisão para perdas associadas ao risco de crédito (PCE). Entendem-se como provisões os lançamentos de valores representando uma expectativa de perda de ativos ou estimativas de valores a desembolsar. **35.12 Obrigações Trabalhistas: (i) Obrigações com folha de pagamento:** Obrigações com folha de pagamento a empregados são reconhecidas como despesas de pessoal conforme o correspondente serviço seja prestado. O passivo é reconhecido pelo montante do pagamento esperado, caso a companhia tenha uma obrigação presente legal ou construtiva de pagar esse montante em função de serviço prestado pelo empregado no passado e a obrigação possa ser estimada de maneira confiável. (ii) **Programa de participação nos lucros e resultados:** A Companhia adota o programa de participação nos lucros e resultados ("PLR") tendo como base critérios de meta de resultado e desempenho operacional. A Companhia efetua a provisão baseada na medição periódica do cumprimento das metas e resultados, respeitando o regime de competência e o reconhecimento da obrigação presente resultante de evento passado no montante estimado de saída de recurso no futuro. **35.13 Reconhecimento da receita:** A receita compreende o valor justo da contraprestação recebida ou a receber pela comercialização de produtos e serviços no curso normal das atividades do Grupo. A receita é apresentada líquida dos impostos, das devoluções, dos abatimentos e dos descontos, bem como das eliminações das vendas entre empresas do Grupo. O Grupo reconhece a receita quando: (i) o valor da receita pode ser mensurado com segurança; (ii) é provável que benefícios econômicos futuros fluirão para a entidade; e (iii) quando critérios específicos tiverem sido atendidos para cada uma das atividades do Grupo, conforme descrição a seguir. O Grupo baseia suas estimativas em resultados históricos, levando em consideração o tipo de cliente, o tipo de transação e as especificações de cada venda. **Receita de clientes por atividade: (i) Venda de serviços:** A taxa de administração, devida pelos participantes dos grupos de consórcio, é reconhecida como receita por competência do serviço prestado à medida que forem cumpridas as obrigações de performance. (ii) **Receita de corretagens de seguros e intermediação de negócios:** São reconhecidas quando (ou à medida que) a entidade satisfazer a obrigação de desempenho ao transferir o bem ou serviço prometido ao cliente. São reconhecidas ao longo do tempo em que a obrigação de performance é diluída de forma linear ao longo da vigência do contrato, ou no caso da intermediação, no momento da origemação do serviço. (iii) **Venda de produtos:** A receita pela venda de mercadorias é reconhecida quando o controle sobre os produtos é transferido e desde que não haja nenhuma obrigação não satisfeita que possa afetar a aceitação dos produtos pelo cliente. A companhia adota como política de reconhecimento de receita, portanto, a data em que o produto é entregue ao comprador. **Receita financeira:** Além da receita operacional, o Grupo reconhece a receita oriunda dos rendimentos financeiros obtidos em aplicações de curto prazo, com base no princípio da competência. Essa receita financeira é calculada pela menor taxa efetiva de juros utilizada para apurar o valor recuperável, ou seja, a taxa original das contas a receber. **35.14 Impostos:** Impostos correntes: A provisão para imposto de renda e contribuição social está baseada no lucro tributável do exercício. O lucro tributável difere do lucro apresentado na demonstração do resultado, porque exclui receitas ou despesas tributáveis ou dedutíveis em outros exercícios, além de excluir itens não tributáveis ou não dedutíveis de forma permanente. A provisão para imposto de renda e contribuição social é calculada individualmente por cada empresa do Grupo com base nas alíquotas vigentes no fim do exercício. O regime de tributação adotado pelo Grupo está apresentado no quadro abaixo, entre Lucro Real e Lucro Presumido. O Imposto de Renda Pessoa Jurídica - IRPJ e a Contribuição Social sobre o Lucro Líquido - CSLL são calculados às alíquotas de 15% sobre o lucro tributável, acrescida do adicional de 10% sobre o lucro real que exceder R\$ 240 no ano (R\$ 120 no semestre), e 9%, respectivamente.

Empresas	2023	2022
Ademicon Holding S.A.	Presumido	Presumido
Ademicon Administradora de Consórcios S.A.	Real	Real
Ademicon Securitizadora S.A.	Real	Real
Ademicon Comércio Varejista Ltda.	Presumido	Presumido
Ademicon Corretora de Seguros Ltda.	Presumido	Presumido
Ademicon Crédito Serviços e Intermediação de Negócios Ltda.	Presumido	Presumido
Cota Trade Ltda.		
(Anteriormente COTA&GOLD Participações Societárias Ltda.)	Presumido	Presumido
Cotacash Serviços e Consultoria Ltda.	Presumido	-

Impostos diferidos: A provisão para o imposto de renda e contribuição social diferidos são reconhecidos sobre as diferenças temporárias no final de cada período entre os saldos de ativos e passivos reconhecidos nas demonstrações financeiras e as bases fiscais correspondentes usadas na apuração do lucro tributável, incluindo prejuízos fiscais, quando aplicável. As mudanças dos ativos e passivos fiscais diferidos no exercício são reconhecidas como despesa de imposto de renda e contribuição social diferida. O imposto de renda e a contribuição social correntes e diferidos são reconhecidos como despesa ou receita no resultado do exercício, exceto quando estão relacionados com itens registrados em outros resultados abrangentes ou diretamente no patrimônio líquido, caso em que os impostos correntes e diferidos também são reconhecidos em outros resultados abrangentes ou diretamente no patrimônio líquido, respectivamente. O valor contábil dos ativos fiscais diferidos é revisado em cada data do balanço e baixado na extensão em que não é mais provável que lucros tributáveis estarão disponíveis para permitir que todo ou parte do ativo fiscal diferido venha a ser utilizado. Ativos fiscais diferidos baixados são revisados a cada data do balanço e são reconhecidos na extensão em que se torna provável que lucros tributáveis futuros permitirão que os ativos fiscais diferidos sejam recuperados. **Tributos sobre as vendas:** Despesas e ativos são reconhecidos líquidos dos tributos sobre vendas, exceto: • Quando os tributos sobre vendas incorridos na compra de bens ou serviços não forem recuperáveis junto às autoridades fiscais, hipótese em que o tributo sobre vendas é reconhecido como parte do custo de aquisição do ativo ou do item de despesa, conforme o caso; • Quando os valores a receber e a pagar forem apresentados junto com o valor dos tributos sobre vendas; e • Quando o valor líquido dos tributos sobre vendas, recuperável ou a pagar, é incluído como componente dos valores a receber ou a pagar no balanço patrimonial. **35.15 Distribuição de lucros:** Cada empresa do Grupo reconhece um passivo para pagamento da distribuição de lucros de acordo com a aprovação de seus respectivos sócios das empresas limitadas, cabendo a cada um deles uma parcela do lucro a ser distribuído na proporção de suas quotas. **35.16 Passivos contingentes e obrigações legais:** São reconhecidos na demonstração financeira, quando embasados em opinião de assessoria jurídica, os processos judiciais e/ou administrativos considerados como provável risco de perda, e mensurados com suficiente segurança, ou seja, provável saída de recursos para liquidação das obrigações, são reconhecidos em resultado. Passivos contingentes avaliados com probabilidade de perda possível são divulgados apenas em notas explicativas, não sendo reconhecidos em resultado. **35.17 Comissão a apropriar:** O diferimento das comissões é realizado pelo regime de competência, atendendo às disposições do CPC 47, passando a ser reconhecida e registrada pelo prazo de contrato com o cliente. **35.18 Resultados não recorrentes:** Resultados não recorrentes correspondem aos impactos econômicos de eventos que não estejam relacionados com as atividades usuais da instituição ou que não haja previsão que ocorram no futuro.

CONTADORA

Rosilaine Dering - CRC PR-050594/O-8

DIRETORIA

Tatiana Schuchovsky - Diretora Presidente	Guilherme Carrasco - Diretor Vice-Presidente	Jorge Mancia - Diretor Financeiro
--	---	--

RELATÓRIO DO AUDITOR INDEPENDENTE SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS INDIVIDUAIS E CONSOLIDADAS

Pronunciamento Técnico CPC 09 - "Demonstração do Valor Adicionado". Em nossa opinião, essas demonstrações de valor adicionado foram adequadamente elaboradas, em todos os aspectos relevantes, segundo os critérios definidos nesse Pronunciamento Técnico e são consistentes em relação às demonstrações financeiras individuais e consolidadas tomadas em conjunto. **Responsabilidades da administração e da governança pelas demonstrações financeiras individuais e consolidadas:** A administração da Companhia é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras individuais e consolidadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e com as normas internacionais de relatório financeiro (IFRS), emitidas pelo *International Accounting Standards Board* (IASB) (atualmente denominadas pela Fundação IFRS como "normas contábeis IFRS"), e pelos critérios internos que ela determinou como necessários para a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro. Na elaboração das demonstrações financeiras individuais e consolidadas, a administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Companhia e suas controladas, em seu conjunto, continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a administração pretenda liquidar a Companhia e suas controladas, em seu conjunto, ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações. Os responsáveis pela governança da Companhia são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações financeiras. **Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas:** Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras individuais e consolidadas, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras. Como parte de uma auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso: • Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras individuais e consolidadas, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos

evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais. • Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas não com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia e suas controladas. • Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração. • Concluímos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia e suas controladas, em seu conjunto. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras individuais e consolidadas ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia e suas controladas, em seu conjunto, a não mais se manter em continuidade operacional. • Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras individuais e consolidadas, inclusive as divulgações e se essas demonstrações financeiras representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada. • Obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente referente às informações financeiras das entidades ou atividades de negócio do grupo para expressar uma opinião sobre as demonstrações financeiras individuais e consolidadas. Somos responsáveis pela direção, supervisão e desempenho da auditoria do grupo e, consequentemente, pela opinião de auditoria. Comunicamos-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance e da época dos trabalhos de auditoria planejados e das constatações significativas de auditoria, inclusive as deficiências significativas nos controles internos que, eventualmente, tenham sido identificadas durante nossos trabalhos.

pwc
PricewaterhouseCoopers
Auditores Independentes Ltda.
CRC 2SP000160/F-6

Curitiba, 21 de maio de 2024

Adriano Machado
Contador
CRC 1PR042584/O-7

A publicação acima foi realizada e certificada no dia 24/05/2024

Aponte a câmera do seu celular para o QR Code para acessar a página de Publicações Legais no portal do Jornal Indústria & Comércio ou acesse através do link: https://www.diarioinduscom.com.br/Publicacoes_Legais



Hash validação: 2b5d9dfea049d33bffb1298a66af302e441eeae7415834ba2434e3164ae3a530, em acordo com MP 2.200-2/01

Documento final gerado em 24/05/2024 10:00:35

Esse documento pode ser validado através do QR CODE abaixo, ou via URL: <https://incodigital.ipsign.com.br/validador>

Identificador de validação: 2b5d9dfea049d33bffb1298a66af302e441eeae7415834ba2434e3164ae3a530



Assinatura

Assinado em: 24/05/2024 10:00:43

Tipo de assinatura: Desenho na tela

Assinante: Fabiano Fernando Furtado - INCO EDITORA DIARIO INDUSTRIA E COMERCIO LTDA

CNPJ: 09570162000130

E-mail: financeiro2@induscom.com.br

Identificador: 510fb43d2ab430bea7a0e55f72ac8eec



IP	Local	Cidade	CEP	UF	Software
191.221.207.10, 172.31.33.87	-25.460736,-49.2896256	Curitiba	80620-100	PR	Google Chrome/Microsoft Edge 124.0.0.0 / Windows



Emitido por: Fabiano Fernando Furtado - INCO EDITORA DIARIO INDUSTRIA E COMERCIO LTDA

E-mail: financeiro2@induscom.com.br

As partes reconhecem e declaram que o presente instrumento pode ser assinado entre as mesmas e respectivas testemunhas (quando presentes), por meio físico ou eletrônico, sendo certo que neste último caso as assinaturas serão consideradas juridicamente válidas, autênticas e vinculativas, nos termos da legislação aplicável.

Esse documento assinado de forma eletrônica está em conformidade com o Código Civil, Código de Processo Civil, Legislação vigente que regula as assinaturas eletrônicas e Medida Provisória nº 2.200-2/2001.

Documento assinado com certificado digital em conformidade com a legislação aplicável vigente. A validade do mesmo poderá ser confirmada através do verificador de conformidade do ITI - Instituto Nacional de Tecnologia da Informação, através do link: validar.iti.gov.br

A assinatura desse documento com certificado digital, gerará crítica em caso de tentativa de modificação do seu conteúdo, podendo ser constatada nas propriedades dos certificados digitais do mesmo, quando o arquivo for aberto através de visualizadores de PDF de terceiros.

Esse documento é acompanhado do seu PROTOCOLO DE AUTENTICIDADE, em arquivo paralelo, no qual se encontra o hash SHA256 de validação, o que garante que o conteúdo desse documento não sofreu alteração após assinatura das partes. O hash SHA256 deverá ser o mesmo obtido através dos mecanismos de extração de hash disponíveis pelas ferramentas de terceiros.



COMPENSADOS E LAMINADOS LAVRASUL S/A
CNPJ/MF N.º 83.187.930/0001-23 NIRE N.º 4130000695-4
ATA DA ASSEMBLEIA GERAL ORDINÁRIA Nº 59

DATA, HORA E LOCAL: 30 de Abril de 2024 às 10:00 horas, na sede da Companhia, Rua Amazonas, n.º 572, Bairro Água Verde, Curitiba, Paraná, CEP. 80.610-030. **PUBLICAÇÕES: AVISO E CONVOCAÇÃO AOS ACIONISTAS:** publicados no Jornal Diário Indústria e Comércio em 28/03/2024 edição 11490 página 19; 29/03/2024 edição 11491 página 06 e 01/04/2024 edição 11492 página 15. **DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS:** publicadas em 04/04/2024 no Jornal Diário Indústria e Comércio – Publicidade Legal - edição 11495, página 18 e disponibilizado no site da companhia <https://www.lavrasul.com.br/>. **PRESEÇA DE ACIONISTAS:** Representando 100% (cem por cento) do Capital Social votante, conforme assinaturas lançadas no livro de "Presenças de Acionistas". **COMPOSIÇÃO DA MESA:** Presidente: Thales Zugman e Secretário Edson Isfer, bem como o Sr. Alberto Irazé Ribeiro, representando o Conselho Fiscal. **ORDEM DO DIA:** 1) Exame, discussão e votação das demonstrações financeiras e relatórios dos administradores e aprovação das contas, relativos ao exercício financeiro findo em 31/12/2023; 2) Deliberação acerca da destinação do resultado do exercício findo em 31/12/2023; 3) Deliberação acerca de reajuste da remuneração dos Administradores da Companhia, tendo como base o índice inflacionário INPC - Índice Nacional de Preços ao Consumidor; 4) Deliberação sobre a manutenção do Conselho Fiscal; 5) Eleição dos membros do Conselho Fiscal, se for o caso; 6) Deliberação acerca da remuneração dos Conselheiros; 7) Assuntos Gerais. **DELIBERAÇÕES PRELIMINARES:** Preliminarmente, os acionistas deliberaram o seguinte: a) autorizaram a lavratura da presente ata sob a forma de sumário, conforme permissivo legal contido no artigo 130, § 1º, da Lei n.º 6.404/76; b) vedaram o acesso de qualquer pessoa distinta das pessoas dos acionistas e/ou de seu advogado, regularmente constituído para esta assembleia, dos membros do Conselho Fiscal, auditores independentes, ou de pessoas expressamente autorizadas por esta Assembleia Geral Ordinária que possam auxiliar na realização das atividades; c) em relação ao item 01 da Ordem do Dia da Assembleia Geral Ordinária, convencionou-se que se dispensará a apresentação acerca das demonstrações financeiras e relatórios relativos ao exercício financeiro findo em 31 de dezembro 2023, por parte dos administradores, já que os documentos encontravam-se à disposição dos acionistas no prazo legal. No mesmo sentido, será dispensada a leitura dos pareceres dos Conselheiros Fiscais, vez que também já estavam à disposição dos acionistas no referido prazo; d) Os acionistas autorizaram que a presente ata fosse assinada exclusivamente pelo presidente da mesa e seu secretário para ser levada a registro. **DELIBERAÇÕES TOMADAS EM ASSEMBLEIA GERAL ORDINÁRIA:** (1) Inicialmente, foi feita exposição das demonstrações financeiras e relatórios pelos administradores, relativamente ao exercício financeiro findo em 31 de dezembro de 2023, cujos documentos estavam disponíveis aos acionistas no prazo legal. Após discussão, por unanimidade, foram aprovadas as demonstrações financeiras e relatórios apresentados pelos administradores. Os impedidos se abstiveram de votar. (2) Na sequência em deliberação acerca da destinação do resultado do exercício, em virtude do prejuízo registrado no exercício 2023, não foram feitas destinações. (3) Deliberação sobre remuneração da Diretoria: Considerando o efeito inflacionário do período, a Diretoria propôs aumentar o limite coletivo anual aprovado em abril de 2023 de R\$1.545.730,00 (um milhão, quinhentos e quarenta e cinco mil e setecentos e trinta reais), para R\$1.598.243,00 (um milhão quinhentos e noventa e oito mil e duzentos e quarenta e três reais), reajuste este com base no índice inflacionário INPC - Índice Nacional de Preços ao Consumidor dos últimos 12 meses, cuja forma de pagamento será deliberada em reunião de diretoria. A proposta foi aprovada por unanimidade de votos e abstenção dos impedidos. (4) Ademais, foi deliberado, por unanimidade de votos, pela manutenção do Conselho Fiscal. (7) Quanto à escolha de seus membros, as acionistas Clara Regina Rappaport, Sila Zugman Calderoni e Thelma Zugman Mazer requereram a escolha em separado de um membro do Conselho Fiscal, em face da condição de minoritárias na Companhia. Após discussão, houve a eleição de um membro em separado para o Conselho Fiscal por parte das minoritárias, restando eleito, por unanimidade de votos, com abstenção da acionista Sila Zugman, o Sr. **PAULO ROBERTO KOSOSKI**, brasileiro, contador e administrador, divorciado, RG nº 3.548.794-8 SSP/PR, CPF nº 577.518.709-15, com endereço na Rua João Schleder Sobrinho, 332, ap. 204 Bairro Boa Vista, CEP: 82.540-060 Curitiba - Pr, e como Conselheira Fiscal Suplente a Sra. **SUELLEN CORDEIRO DOS SANTOS BONFIM**, brasileira, contadora, casada inscrita no CRC/PR sob nº PR-064192/O-3, RG nº 8.675.056-2/SSP/PR CPF/MF. nº 036.785.899-10, com endereço na Rua Odete Laura Foggliato nº 839, sobrado 01, bairro Atuba, CEP. 82.630-040, Curitiba - Pr Logo depois, foram eleitos como Conselheiros Fiscais, por parte dos majoritários, os senhores **ALBERTO IRAZÉ RIBEIRO**, brasileiro, auditor e contador, divorciado, RG nº 632.937-3 SSP/PR, CPF/MF nº 028.027.329-00, com endereço na Rua Adolfo Stedile, 247, casa 8, bairro Bom Retiro, CEP. 80.520-540, Curitiba - Pr, e como Conselheiro Fiscal Suplente o Sr. **HERMES HEIMANN**, brasileiro, contador, casado inscrito no CRC/PR sob nº PR-036314/O-6, RG nº 1.647.518-SSP/PR e CPF/MF sob o nº 574.270.709-68, com endereço na rua Ivo Leão nº 96, apartamento 302, bairro Alto da Glória, CEP 80.030-180, Curitiba-Pr; **JULIO ALVARO AMADEU**, brasileiro, contador, casado, RG nº 1.477.183 SSP/PR e CPF/MF nº 281.937.259-72, com endereço na Rua dos Pintassilgos, nº 82, residencial Andorinhas, Bairro Alphaville, CEP 83.327-150, Pinhais - Pr, e como Conselheiro Fiscal Suplente o Sr. **NILSON ANTONIO DE SOUZA ROSA**, brasileiro, contador, casado, RG nº 3.502.772-6 SSP/PR, e CPF/MF 472.104.869-68, com endereço comercial na Rua Prefeito Angelo Ferrario Lopes, 1557, CEP. 80.040-252 Curitiba - Pr. (6) Deliberação acerca da remuneração dos Conselheiros: Discutiu-se sobre a remuneração dos membros efetivos do Conselho Fiscal, restando decidido, por unanimidade, que a remuneração será aumentada pelo índice INPC, 3,71%, acumulado no ano 2023, aplicado sobre a remuneração paga em Março/2024; (7) Assuntos Gerais: Nada foi tratado. **ENCERRAMENTO:** Nada mais havendo, foram encerrados os trabalhos para a lavratura da presente ata que, após lida, foi aprovada por todos os acionistas. Curitiba, 30 de Abril de 2024. Thales Zugman, Presidente da Mesa e Edson Isfer, Secretário da Mesa. **ARQUIVAMENTO:** A presente ata em seu inteiro teor foi registrada na Junta Comercial do Estado do Paraná, sob nº. 20243076347, em 03/05/2024 protocolo nº 243076347, código de verificação 12406256058.

AGRO PASTORIL NOVO HORIZONTE S/A
CNPJ/MF N.º 78.231.701/0001-29 NIRE N.º 4130000230-4
ATA DA ASSEMBLEIA GERAL ORDINÁRIA Nº 45

DATA, HORA E LOCAL: Aos 30 dias de Abril de 2024, às 9:00 horas, em Curitiba, Estado do Paraná, na Rua Amazonas, n.º 572, Água Verde, CEP. 80.610-030. **PUBLICAÇÕES: AVISO E CONVOCAÇÃO AOS ACIONISTAS:** publicados no Jornal Diário Indústria e Comércio em 28/03/2024 edição 11490 página 19, 29/03/2024 edição 11491 página 06 e 01/04/2024 edição 11492 página 15. **DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS:** Disponibilizado no site da companhia: <https://www.apnh.com.br/>. **PRESEÇA DE ACIONISTAS:** Representando 100% (cem por cento) do Capital Social, conforme assinaturas lançadas no livro de "Presenças de Acionistas". **COMPOSIÇÃO DA MESA:** Presidente: Julio Zugman e Secretário: Edson Isfer, bem como, Sr. Alberto Irazé Ribeiro, representando o Conselho Fiscal. **ORDEM DO DIA:** 1) Exame, discussão e votação das demonstrações financeiras e relatórios dos administradores e aprovação das contas relativas ao exercício financeiro findo em 31/12/2023; 2) Deliberação acerca da destinação do resultado do exercício findo em 31/12/2023; 3) Deliberação acerca de reajuste da remuneração dos Administradores da Companhia, tendo como base o índice inflacionário INPC - Índice Nacional de Preços ao Consumidor; 4) Deliberação sobre a manutenção do Conselho Fiscal; 5) Eleição dos membros do Conselho Fiscal, se for o caso; 6) Deliberação acerca da remuneração dos Conselheiros; 7) Assuntos Gerais. **DELIBERAÇÕES PRELIMINARES:** Preliminarmente, os acionistas deliberaram o seguinte: a) autorizaram a lavratura da presente ata sob a forma de sumário, conforme permissivo legal contido no artigo 130, § 1º, da Lei n.º 6.404/76; b) vedaram o acesso de qualquer pessoa distinta das pessoas dos acionistas e/ou de seu advogado, regularmente constituído para esta assembleia, dos membros do Conselho Fiscal, dos auditores independentes, ou de pessoas expressamente autorizadas por esta Assembleia Geral Ordinária que possam auxiliar na realização das atividades; c) em relação ao item 01 da Ordem do Dia da Assembleia Geral Ordinária, convencionou-se que os administradores farão exposição acerca das demonstrações financeiras e relatórios relativos ao exercício financeiro findo em 31/12/2023. Será dispensada a leitura do parecer do Conselho Fiscal, vez que estavam à disposição dos acionistas no prazo legal. d) Os acionistas autorizaram que a presente ata fosse assinada exclusivamente pelo presidente da mesa e seu secretário para ser levada a registro. **DELIBERAÇÕES TOMADAS EM ASSEMBLEIA GERAL ORDINÁRIA:** (1) Inicialmente, foi feita exposição das demonstrações financeiras e relatórios pelos administradores da Companhia, relativamente ao exercício financeiro findo em 2023, cujos documentos estavam disponíveis aos acionistas no prazo legal. Após discussão, por unanimidade, foram aprovadas as demonstrações financeiras e relatórios apresentados pelos administradores. Os impedidos se abstiveram de votar. (2) Na sequência, em deliberação acerca da destinação do resultado do exercício, deliberaram pela não distribuição, em decorrência do prejuízo registrado no exercício 2023. (3) Deliberação sobre remuneração da Diretoria: Considerando o efeito inflacionário do período, a Diretoria propôs aumentar o limite coletivo anual aprovado em abril de 2023 de R\$1.545.730,00 (um milhão, quinhentos e quarenta e cinco mil e setecentos e trinta reais), para R\$1.598.243,00 (um milhão quinhentos e noventa e oito mil e duzentos e quarenta e três reais), reajuste este com base no índice inflacionário INPC - Índice Nacional de Preços ao Consumidor dos últimos 12 meses, cuja forma de pagamento será deliberada em reunião de diretoria. A proposta foi aprovada por unanimidade de votos e abstenção dos impedidos. (4) Ademais, foi deliberado, por unanimidade de votos, pela manutenção do Conselho Fiscal. (5) Quanto à escolha de seus membros, as acionistas Clara Regina Rappaport, Sila Zugman Calderoni e Thelma Zugman Mazer requereram a escolha em separado de um membro do Conselho Fiscal, em face da condição de minoritárias na Companhia. Após discussão, houve a eleição de um membro em separado para o Conselho Fiscal por parte das minoritárias, restando eleito, por unanimidade de votos, com abstenção da acionista Sila Zugman Calderoni e tendo se abstejo por razão de foro íntimo a acionista Fany Reicher, o Sr. **PAULO ROBERTO KOSOSKI**, brasileiro, contador e administrador, divorciado, RG nº 3.548.794-8 SSP/PR, CPF nº 577.518.709-15, com endereço na Rua João Schleder Sobrinho, 332, ap. 204 Bairro Boa Vista, CEP: 82.540-060 Curitiba - Pr, e como Conselheira Fiscal Suplente a Sra. **SUELLEN CORDEIRO DOS SANTOS BONFIM**, brasileira, contadora, casada inscrita no CRC/PR sob nº PR-064192/O-3, RG nº 8.675.056-2/SSP/PR CPF/MF. nº 036.785.899-10, com endereço na Rua Odete Laura Foggliato nº 839, sobrado 01, bairro Atuba, CEP. 82.630-040, Curitiba - Pr. Logo depois, foram eleitos como Conselheiros Fiscais, por parte dos majoritários, os senhores: **ALBERTO IRAZÉ RIBEIRO**, brasileiro, auditor e contador, divorciado, RG nº 632.937-3 SSP/PR, CPF/MF nº 028.027.329-00, com endereço na Rua Adolfo Stedile, 247, casa 8, bairro Bom Retiro, CEP. 80.520-540, Curitiba - Pr, e como Conselheiro Fiscal Suplente o Sr. **HERMES HEIMANN**, brasileiro, contador, casado inscrito no CRC/PR sob o nº PR-036314/O-6, RG nº 1.647.518-SSP/PR e CPF/MF sob o nº 574.270.709-68, com endereço na rua Ivo Leão nº 96, apartamento 302, bairro Alto da Glória, CEP 80.030-180, Curitiba-Pr; **JULIO ALVARO AMADEU**, brasileiro, contador, casado, RG nº 1.477.183 SSP/PR e CPF/MF nº 281.937.259-72, com endereço na Rua dos Pintassilgos, nº 82, residencial Andorinhas, Bairro Alphaville, CEP 83.327-150, Pinhais - Pr, e como Conselheiro Fiscal Suplente o Sr. **NILSON ANTONIO DE SOUZA ROSA**, brasileiro, contador, casado, RG nº 3.502.772-6 SSP/PR, e CPF/MF 472.104.869-68, com endereço comercial na Rua Prefeito Angelo Ferrario Lopes, 1557, CEP. 80.040-252 Curitiba - Pr. (6) Deliberação acerca da remuneração dos Conselheiros: Discutiu-se sobre a remuneração dos membros efetivos do Conselho Fiscal, restando decidido, por unanimidade, que a remuneração será aumentada pelo índice INPC, 3,71%, acumulado no ano 2023, aplicado sobre a remuneração paga em Março/2024; (7) Assuntos Gerais: Nada foi tratado. **ENCERRAMENTO:** Nada mais havendo, foi dada a palavra a qualquer acionista que desejasse dela fazer uso. Como não houve manifestações, foram encerrados os trabalhos para a lavratura da presente ata que, após lida, foi aprovada por unanimidade dos acionistas. Curitiba, 30 de Abril de 2024. Julio Zugman, Presidente da Mesa e Edson Isfer, Secretário da Mesa. **ARQUIVAMENTO:** A presente ata em seu inteiro teor foi registrada na Junta Comercial do Estado do Paraná, sob nº. 20243075871, em 03/05/2024 protocolo nº 243075871, código de verificação 12406253601

LAVRADORA RACIONAL DE MADEIRAS LAVRAMA S/A
CNPJ/MF N.º 76.506.302/0001-06 NIRE N.º 41300047871
ATA DA ASSEMBLEIA GERAL ORDINÁRIA Nº 104

DATA, HORA E LOCAL: Aos 30 de Abril de 2024, às 11:00 horas, na sede da companhia na Rua Amazonas, n.º 572, Bairro Água Verde, Curitiba, Paraná, CEP. 80.610-030. **PUBLICAÇÕES: AVISO E CONVOCAÇÃO AOS ACIONISTAS:** publicados no Jornal Diário Indústria e Comércio em 28/03/2024 edição 11490 página 19; 29/03/2024 edição 11491 página 06 e 01/04/2024 edição 11492 página 15. **DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS:** publicadas em 04/04/2024 no Jornal Diário Indústria e Comércio – Publicidade Legal - edição 11495, página 19 e disponibilizado no site da companhia: <https://www.lavrma.com.br/>. **PRESEÇA DE ACIONISTAS:** Representando 100% (cem por cento) do Capital Social votante, conforme assinaturas lançadas no livro de "Presenças de Acionistas". **COMPOSIÇÃO DA MESA:** Presidente: Jacob Reicher e Secretário: Edson Isfer, bem como o Sr. Alberto Irazé Ribeiro, representando o Conselho Fiscal. **ORDEM DO DIA:** 1) Exame, discussão e votação das demonstrações financeiras e relatórios dos administradores e aprovação das contas, relativos ao exercício financeiro findo em 31/12/2023; 2) Deliberação acerca da destinação do resultado do exercício findo em 31/12/2023; 3) Deliberação sobre a distribuição de lucros, provenientes de reservas de exercícios anteriores; 4) Ratificar a deliberação tomada em assembleia geral extraordinária de 08/12/2023 e o pagamento aos acionistas de reservas de lucros no valor de R\$5.227.611,71; 5) Eleição/Reeleição de membros da diretoria para o triênio 2024/2027; 6) Deliberação acerca de reajuste da remuneração dos Administradores da Companhia, tendo como base o índice inflacionário INPC - Índice Nacional de Preços ao Consumidor; 7) Deliberação sobre a manutenção do Conselho Fiscal; 8) Eleição dos membros do Conselho Fiscal, se for o caso; 9) Deliberação acerca da remuneração dos Conselheiros; 10) Assuntos Gerais. **DELIBERAÇÕES PRELIMINARES:** Preliminarmente, os acionistas deliberaram o seguinte: a) autorizaram a lavratura da presente ata sob a forma de sumário, conforme permissivo legal contido no artigo 130, § 1º, da Lei n.º 6.404/76; b) vedaram o acesso de qualquer pessoa distinta das pessoas dos acionistas e/ou de seu advogado, regularmente constituído para esta assembleia, dos membros do Conselho Fiscal, dos auditores independentes, ou de pessoas expressamente autorizadas por esta Assembleia Geral Ordinária que possam auxiliar na realização das atividades; c) em relação ao item 01 da Ordem do Dia da Assembleia Geral Ordinária, convencionou-se que se dispensará a apresentação acerca das demonstrações financeiras e relatórios relativos ao exercício financeiro findo em 31 de dezembro 2023, por parte dos administradores, já que os documentos encontravam-se à disposição dos acionistas no prazo legal. No mesmo sentido, será dispensada a leitura do parecer do Conselho Fiscal, vez que também já estavam à disposição dos acionistas no prazo legal; d) Os acionistas autorizaram que a presente ata fosse assinada exclusivamente pelo presidente da mesa e seu secretário para ser levada a registro. **DELIBERAÇÕES TOMADAS EM ASSEMBLEIA GERAL ORDINÁRIA:** (1) Inicialmente, foi feita exposição das demonstrações financeiras e relatórios pelos administradores, relativamente ao exercício financeiro findo em 31 de dezembro 2023, cujos documentos estavam disponíveis aos acionistas no prazo legal. Após discussão, por unanimidade, foram aprovadas as demonstrações financeiras e relatórios apresentados pelos administradores. Os impedidos se abstiveram de votar. (2) Em seguida, foi deliberado acerca da destinação do lucro líquido do exercício e da distribuição de dividendos, com a seguinte proposta da administração: o lucro líquido do exercício, no valor de **R\$6.402.600,35** (seis milhões, quatrocentos e dois mil e seiscentos reais e trinta e cinco centavos), será destinado para: a) Dividendos obrigatórios, no valor de **R\$1.600.650,09** (um milhão, seiscentos mil, seiscentos e cinquenta reais e nove centavos), a ser pago em até 30 dias. b) Dividendos complementares no valor de **R\$4.801.950,26** (quatro milhões, oitocentos e um mil, 950 reais e vinte e seis centavos), serão pagos em até 30 dias contados da presente, podendo ser antecipados por liberalidade da administração, sendo a proposta aprovada pela unanimidade dos acionistas 3) Deliberação sobre a distribuição de lucros, provenientes de reservas de exercícios anteriores no valor de **R\$6.097.399,65** (seis milhões, noventa e sete mil, trezentos e noventa e nove reais e sessenta e cinco centavos), proposta aprovada pela unanimidade dos acionistas. (4) Na sequência, deliberado sobre a ratificação da deliberação tomada em Assembleia Geral Extraordinária de 08/12/2023 e o pagamento

aos acionistas em 11/12/2023 das reservas de lucros no valor de R\$5.227.611,71 (cinco milhões, duzentos e vinte e sete mil, seiscentos e onze reais e setenta e um centavos) restando esta ratificada. (5) Quanto aos membros da diretoria para o triênio 2024/2027, os acionistas, por unanimidade, deliberam em reeleger para o cargo de **Diretor Presidente** o Sr. **JACOB REICHER**, israelense, empresário, casado pelo regime de comunhão universal de bens, portador da Cédula de Identidade de Estrangeiro nº. W024519-4 órgão emissor CGPI/DIREX/DPF classificação permanente, validade indeterminada e inscrito no CPF/MF sob nº. 249.106.279-87, residente e domiciliado na Rua Professor Pedro Viriato Parigot de Souza, 1.805, apartamento 2.301 - 23º andar, Bairro: Mossungue - Curitiba, Paraná, CEP 81.200-100 e para o cargo de **Diretor Administrativo** o Sr. **JULIO ZUGMAN**, brasileiro, casado pelo regime de comunhão universal de bens, engenheiro civil, portador do RG n. 775.831-6 SSP/PR e inscrito no CPF/MF nº. 080.630.959-87, residente e domiciliado em Curitiba, PR, na Av. Visconde de Guarapuava, 5.045, apto 2.201, Bairro Batel CEP 80.240-010, com início de mandato em 30 de Abril de 2024 permanecendo em seus cargos e desempenhando a administração da sociedade até a posse de nova diretoria; (6) Deliberação sobre remuneração da Diretoria: Considerando o efeito inflacionário do período, a Diretoria propôs aumentar o limite coletivo anual aprovado em abril de 2023 de R\$1.545.730,00 (um milhão, quinhentos e quarenta e cinco mil e setecentos e trinta reais), para R\$1.598.243,00 (um milhão quinhentos e noventa e oito mil e duzentos e quarenta e três reais), reajuste este com base no índice inflacionário INPC - Índice Nacional de Preços ao Consumidor dos últimos 12 meses, cuja forma de pagamento será deliberada em reunião de diretoria. A proposta foi aprovada por unanimidade de votos. A proposta foi aprovada por unanimidade de votos. (7) Posteriormente, os acionistas deliberaram, por unanimidade de votos, pela manutenção do Conselho Fiscal. (8) Quanto à escolha de seus membros, as acionistas Clara Regina Rappaport, Sila Zugman Calderoni e Thelma Zugman Mazer requereram a escolha em separado de um membro do Conselho Fiscal, em face da condição de minoritárias na Companhia. Após discussão, houve a eleição de um membro em separado para o Conselho Fiscal por parte das minoritárias, restando eleito, por unanimidade de votos, com abstenção da acionista Sila Zugman Calderoni, o Sr. **PAULO ROBERTO KOSOSKI**, brasileiro, contador e administrador, divorciado, RG nº 3.548.794-8 SSP/PR, CPF nº 577.518.709-15, com endereço na Rua João Schleder Sobrinho, 332, ap. 204 Bairro Boa Vista, CEP: 82.540-060 Curitiba - Pr, e como Conselheira Fiscal Suplente a Sra. **SUELLEN CORDEIRO DOS SANTOS BONFIM**, brasileira, contadora, casada inscrita no CRC/PR sob nº PR-064192/O-3, RG nº 8.675.056-2/SSP/PR CPF/MF. nº 036.785.899-10, com endereço na rua Odete Laura Foggliato nº 839, sobrado 01, bairro Atuba, CEP. 82.630-040, Curitiba - Pr. Logo depois, foram eleitos como Conselheiros Fiscais, por parte dos majoritários, os senhores: **ALBERTO IRAZÉ RIBEIRO**, brasileiro, auditor e contador, divorciado, RG nº 632.937-3 SSP/PR, CPF/MF nº 028.027.329-00, com endereço na Rua Adolfo Stedile, 247, casa 8, bairro Bom Retiro, CEP. 80.520-540, Curitiba - Pr, e como Conselheiro Fiscal Suplente o Sr. **HERMES HEIMANN**, brasileiro, contador, casado inscrito no CRC/PR sob o nº PR-036314/O-6, RG nº 1.647.518-SSP/PR e CPF/MF sob o nº 574.270.709-68, com endereço na rua Ivo Leão nº 96, apartamento 302, bairro Alto da Glória, CEP 80.030-180, Curitiba-Pr; **JULIO ALVARO AMADEU**, brasileiro, contador, casado, RG nº 1.477.183 SSP/PR e CPF/MF nº 281.937.259-72, com endereço na Rua dos Pintassilgos, nº 82, residencial Andorinhas, Bairro Alphaville, CEP 83.327-150, Pinhais - Pr, e como Conselheiro Fiscal Suplente o Sr. **NILSON ANTONIO DE SOUZA ROSA**, brasileiro, contador, casado, RG nº 3.502.772-6 SSP/PR, e CPF/MF 472.104.869-68, com endereço comercial na Rua Prefeito Angelo Ferrario Lopes, 1557, CEP. 80.040-252 Curitiba - Pr. (9) Discutiu-se sobre a remuneração dos membros efetivos do Conselho Fiscal, restando decidido, por unanimidade, que a remuneração será aumentada pelo índice INPC, 3,71%, acumulado no ano 2023, aplicado sobre a remuneração paga em Março/2024; (10) Assuntos Gerais: Nada foi tratado. **ENCERRAMENTO:** Nada mais havendo, foi dada a palavra a qualquer acionista que desejasse dela fazer uso. Como não houve manifestações, foram encerrados os trabalhos para a lavratura da presente ata que, após lida, foi aprovada por unanimidade dos acionistas. Curitiba, 30 de Abril de 2024. Jacob Reicher, Presidente da Mesa e Edson Isfer, Secretário da Mesa. **ARQUIVAMENTO:** A presente ata em seu inteiro teor foi registrada na Junta Comercial do Estado do Paraná, sob nº. 20243062222, em 03/05/2024 protocolo nº 243062222, código de verificação 12406253849.

A publicação acima foi realizada e certificada no dia 24/05/2024

Aponte a câmera do seu celular para o QR Code para acessar a página de Publicações Legais no portal do Jornal Indústria & Comércio ou acesse através do link: https://www.diarioindustria.com.br/Publicacoes_Legais



Documento final gerado em 24/05/2024 10:01:47

Esse documento pode ser validado através do QR CODE abaixo, ou via URL: <https://incodigital.ipsign.com.br/validador>

Identificador de validação: 461df2c77f9efef23d4e44399d56d11636707378c9ac69311606a2dc13281abb



Assinatura

Assinado em: 24/05/2024 10:01:55

Tipo de assinatura: Desenho na tela

Assinante: Fabiano Fernando Furtado - INCO EDITORA DIARIO INDUSTRIA E COMERCIO LTDA

CNPJ: 09570162000130

E-mail: financeiro2@induscom.com.br

Identificador: ecdf981c9c025aaa5da5660495379e6d



IP	Local	Cidade	CEP	UF	Software
191.221.207.10, 172.31.33.87	-25.460736,-49.2896256	Curitiba	80620-100	PR	Google Chrome/Microsoft Edge 124.0.0.0 / Windows



Emitido por: Fabiano Fernando Furtado - INCO EDITORA DIARIO INDUSTRIA E COMERCIO LTDA

E-mail: financeiro2@induscom.com.br

As partes reconhecem e declaram que o presente instrumento pode ser assinado entre as mesmas e respectivas testemunhas (quando presentes), por meio físico ou eletrônico, sendo certo que neste último caso as assinaturas serão consideradas juridicamente válidas, autênticas e vinculativas, nos termos da legislação aplicável.

Esse documento assinado de forma eletrônica está em conformidade com o Código Civil, Código de Processo Civil, Legislação vigente que regula as assinaturas eletrônicas e Medida Provisória nº 2.200-2/2001.

Documento assinado com certificado digital em conformidade com a legislação aplicável vigente. A validade do mesmo poderá ser confirmada através do verificador de conformidade do ITI - Instituto Nacional de Tecnologia da Informação, através do link: validar.iti.gov.br

A assinatura desse documento com certificado digital, gerará crítica em caso de tentativa de modificação do seu conteúdo, podendo ser constatada nas propriedades dos certificados digitais do mesmo, quando o arquivo for aberto através de visualizadores de PDF de terceiros.

Esse documento é acompanhado do seu PROTOCOLO DE AUTENTICIDADE, em arquivo paralelo, no qual se encontra o hash SHA256 de validação, o que garante que o conteúdo desse documento não sofreu alteração após assinatura das partes. O hash SHA256 deverá ser o mesmo obtido através dos mecanismos de extração de hash disponíveis pelas ferramentas de terceiros.

